WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

abrasca companhia associada
NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES ACAO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018: Destaques de 2018: • Crescimento de 54,9% na receita operacional bruta ao atingir R$ 833,3 milhões em função do aumento no número de veículos comercializados. O volume de veículos negociados passou de 1.039 unidades em 2017 para 1.690 unidades em 2018; • Redução de 0,2% nas despesas operacionais, R$ 108,0 milhões no acumulado de 2018 versus R$ 108,3 milhões na comparação com o exercício anterior; • Ebitda reverteu resultado negativo de R$ 5,2 milhões com margem negativa de 1,4% em 2017, ao atingir R$ 21,7 milhões e margem de 2,9% em 2018; • Lucro líquido de R$ 16,1 milhões com margem de 2,1% versus resultado negativo de R$ 6,7 milhões e margem negativa de 1,4% em 2017. • Excluindo as despesas não recorrentes, o Ebitda ajustado atingiria valor positivo de R$ 22,7 milhões com margem de 3,0% enquanto o resultado líquido ajustado ficaria em R$ 14,1 milhões com margem líquida positiva de 1,9%.

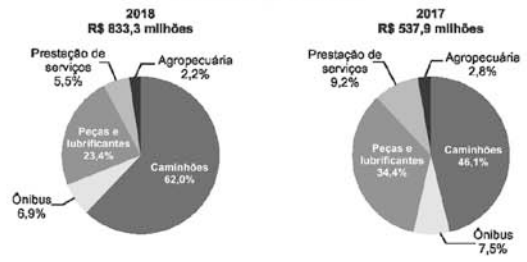
R$ milhões	2018	2017	Variação 2018 / 2017
Receita operacional bruta	833,3	537,9	54,9%
Receita operacional líquida	752,3	489,7	53,6%
Lucro bruto	118,9	104,0	14,3%
Margem bruta (%)	*15,8%*	*21,2%*	*(5,4) p.p.*
Despesas operacionais	(108,0)	(108,3)	(0,2%)
Ebitda	21,7	(5,2)	NA
Margem Ebtida (%)	*2,9%*	*(1,1%)*	*4,0 p.p.*
Lucro líquido	16,1	(6,7)	NA

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. *Prezados acionistas, A Administração da WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. (WLM), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31/12/2018. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e contemplam as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2017, exceto quando especificado de outra forma.* **Mensagem da Administração:** A retomada da atividade econômica em 2018 foi mais lenta do que era esperado pelo mercado tanto por questões internas como externas. No cenário doméstico, pesaram a greve dos caminhoneiros ocorrida em meados de maio e a forte volatilidade causada pelas incertezas em relação às eleições presidenciais. Já no mercado internacional o início de um ciclo de aumento dos juros nas principais economias desenvolvidas, a guerra comercial entre EUA e China e a indefinição do Brexit elevaram a cautela e o *flight-to-quality* (movimento no qual investidores aumentam a aversão ao risco). Por outro lado, a eleição de um candidato à presidência comprometido com a aprovação de reformas estruturais teve efeito imediato sobre alguns indicadores, com índices de confiança de investidores e consumidores melhorando ao final de 2018. Para a Companhia, a recuperação da economia, ainda que de forma lenta e gradual, impacta diretamente os resultados uma vez que seus principais segmentos de atuação estão profundamente associados ao nível de atividade econômica no País. As vendas de caminhões, especialmente no último trimestre do ano, aumentaram em decorrência de uma maior disponibilidade de veículos pela Scania para atendimento ao mercado brasileiro. Desde o ano de 2016 iniciamos uma série de ajustes na Companhia a fim de reverter a situação imposta pela crise dos anos anteriores, priorizando a preservação do caixa e atingimento de resultados, buscando ganhos de eficiência e, como consequência, o aumento de rentabilidade, em um processo contínuo de redução de despesas que se estende até os dias atuais. Nesse sentido, nossa receita operacional bruta somou R$ 833,3 milhões, crescimento de 54,9% ante os R$ 537,9 milhões registrados em 2017. Além disso, o foco que temos dado no controle e contenção de custos e gastos, em uma busca constante pelo aumento de eficiência, resultou na redução de 0,2% nas despesas operacionais nos 12 meses de 2018, totalizando R$ 108,0 milhões, quando excluídas as despesas com depreciação e amortização. No exercício fiscal de 2018 ainda ocorreram gastos com rescisões em montante aproximado de R$ 2,4 milhões, referente aos ajustes realizados. Ao longo dos próximos períodos esperamos um nível de despesas menor e mais estável. Na linha final, atingimos resultado líquido de R$ 16,1 milhões, revertendo o desempenho negativo do ano anterior. Assim, as nossas expectativas são positivas em todos os segmentos de atuação da WLM. Esperamos aumento no volume de comercialização de caminhões e chassis de ônibus; no segmento agropecuário, após um ano prejudicado pelo excesso de chuvas, esperamos que os fatores climáticos contribuam positivamente para melhores condições de colheita e impulsione os resultados de soja; na pecuária, mudamos a política praticada, da venda de animais novos para geração imediata de caixa, para a retenção dos mesmos para venda futura com maior valor agregado, e investimentos na recuperação e reforma de pastagens. O desempenho alcançado em 2018 corrobora a assertividade da estratégia adotada em meados de 2016 e que sinaliza que estamos caminhando para um futuro mais promissor, com uma WLM mais eficiente e rentável. Continuamos focados no atingimento de resultados, na maximização da rentabilidade e na criação de valor para nossos acionistas. **Perfil Corporativo:** Fundada em 1946, a WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. é uma sociedade de capital aberto que atualmente tem suas atividades voltadas para dois segmentos: (i) comercialização de veículos e peças da marca Scania - sobretudo caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, motores marítimos, industriais e estacionários e peças de reposição - e prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa; e (ii) atividades no setor de agropecuária – bovinocultura de corte, cafeicultura e produção de soja e milho. Desde 2005, a WLM é uma das líderes nacionais na venda de veículos pesados Scania e detém o primeiro lugar na comercialização de peças da marca no Brasil. Suas quatro concessionárias, com 19 estabelecimentos espalhados por cinco estados brasileiros, garantem a ampla cobertura geográfica necessária para sua destacada atuação nacional, proporcionando agilidade e qualidade no atendimento nas diversas regiões do País. Algumas delas contam ainda com postos avançados dedicados à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em atendimento a demandas específicas de clientes. **Concessionárias, peças e serviços**: Revendas Scania: O desempenho da indústria automobilística brasileira em 2018 consolidou a retomada verificada em 2017. A retração no volume de exportações de veículos automotores dada a crítica situação do principal parceiro comercial, a Argentina, foi compensada, em grande parte, pela recuperação das vendas de caminhões e máquinas agrícolas no mercado interno. Além disso, ao final do último trimestre do ano, o governo sancionou a lei que estabelece requisitos para a comercialização de veículos no Brasil, o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística, que, dentre os principais objetivos, estão o estímulo à geração de inovação por meio da pesquisa e desenvolvimento (P&D), a continuação da melhoria da sustentabilidade veicular, a evolução da segurança e o aumento da competitividade da indústria automobilística brasileira. Em 2018, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a produção de caminhões totalizou 105,5 mil unidades, incremento de 27,1% frente às 83,0 mil unidades produzidas no ano anterior enquanto a produção de chassis de ônibus apresentou avanço de 38,2%, passando de 20,6 mil unidades em 2017 para 28,5 mil unidades produzidas ao final de 2018. Já as vendas de caminhões em 2018 totalizaram 76 mil unidades, volume 46,3% superior às 52 mil unidades do ano anterior. Em 2018 foram comercializadas 15,1 mil unidades de chassis de ônibus, crescimento de 28,3% frente as 11,7 mil de 2017. Nesse sentido, em linha com a evolução do mercado automotivo brasileiro, a WLM comercializou o total de 1.690 veículos no ano, aumento de 62,7% frente às 1.039 unidades vendidas no mesmo período do ano anterior. O segmento de caminhões foi responsável por 1.423 unidades vendidas, sendo 83 caminhões usados, 57 vendas diretas e 1.366 unidades vendidas em concessionárias. O segmento de ônibus registrou vendas de 267 unidades no período, das quais 92 foram vendas diretas e outras 175 vendas em concessionárias. A expectativa da Anfavea para 2019 é de crescimento da ordem de 9% na produção de veículos automotores, um total de 3,14 milhões de unidades. Com exceção das exportações, o crescimento deve ser impulsionado pelo aumento do PIB, controle da inflação, e queda do dólar, além do aumento na oferta de crédito e otimismo quanto às reformas propostas pelo novo governo. **Agronegócio**: Soja-cultura: As expectativas para a safra 2018/19 mantém a tendência de crescimento da área plantada da oleaginosa, com crescimento de 1,9% em relação à safra passada, correspondendo ao plantio de 35.821,4 mil hectares, de acordo com o boletim de dados divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em fevereiro/2019. Por outro lado, em função da queda da produtividade na colheita da soja, a estimativa é de redução de 3,3% na produção entre safras, com volume de 115,3 milhões de toneladas. Na WLM, a safra 2017/18 foi prejudicada por condições climáticas desfavoráveis (excesso de chuva) o que impactou a produtividade da colheita. Ainda assim, principalmente pelo aumento da área total plantada, a venda de sacas de soja totalizou 67,1 mil sacas, volume 3,3 vezes superior ao registrado no ano anterior. Para a safra 2018/2019 iniciada em setembro/2018, mantidos os fatores climáticos atuais, a expectativa é de ganho de produtividade refletindo em aumento de vendas sem a necessidade de ampliação da área de plantio. Café: Para o café, a Conab projeta que a safra 2019 no Brasil deva alcançar um recorde considerando anos de bienalidade negativa (anos de baixa produção em função do processo natural em que a planta se recupera do maior direcionamento de energia para a frutificação na safra passada), com volume entre 50,48 milhões e 54,48 milhões de sacas beneficiadas. A área destinada à essa produção também deve apresentar redução em relação à temporada passada, podendo diminuir 1,2% e atingir 1.842,2 mil hectares. Em 2018, apesar dos preços mais baixos do que os estimados, o resultado foi compensado pela maior produtividade e menor custo dos produtos vendidos. Na safra em questão, cuja bienalidade reflete em menor produção para a WLM, a Companhia negociou 2,8 mil sacas de café no ano, volume 16,7% inferior às 3,3 mil sacas vendidas no acumulado de 2017. A WLM mantém ativo um plano de investimento no qual contempla novas áreas de plantio e reforma das antigas com o objetivo de ganhar produtividade. Pecuária: De acordo com dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente a dados do terceiro trimestre de 2018, no período foram abatidas 8,28 milhões de cabeças de bovinos sob algum tipo de serviço de inspeção sanitária. Uma vez que os dados do segundo trimestre de 2018 foram afetados pela greve dos caminhoneiros, o resultado é 7,1% superior ao registrado no 2T18 e 3,7% maior que o mesmo período do ano anterior. Em 2018, a WLM negociou 8,4 mil bovinos, número 2,4% acima na comparação com os 8,2 mil registrados no ano anterior. Para 2019, a estratégia da Companhia é a retenção de bezerros e investimentos para a recuperação e reforma da pastagem. **Desempenho Econômico-Financeiro**: Receita Operacional: Em 2018, com exceção do segmento de prestação de serviços, as demais áreas de atuação da WLM, como a comercialização de caminhões e chassis de ônibus, a venda de peças e lubrificantes e os negócios do segmento agropecuário, registraram avanço nas receitas frente os resultados contabilizados no ano anterior. O bom desempenho das vendas de veículos verificado ao longo de 2018, decorrente da perspectiva de melhoria dos fundamentos econômicos, impulsionou os resultados da WLM no ano, principalmente no último trimestre do exercício fiscal. Nesse sentido, a **receita operacional bruta** da Companhia atingiu R$ 833,3 milhões no acumulado dos 12 meses de 2018, valor 54,9% acima dos R$ 537,9 milhões reportados no ano anterior. Com a evolução de unidades comercializadas no quarto trimestre, o segmento de caminhões apresentou avanço de 2,1 vezes frente os resultados de 2017, ao totalizar faturamento de R$ 516,8 milhões em 2018, resultado que manteve o segmento como a principal fonte de receita da WLM ao atingir 62,0% da receita bruta total, 15,9 p.p. superior na comparação com o ano anterior. Já o segmento de chassis de ônibus somou R$ 57,2 milhões de receita bruta em 2018, o que representa avanço de 41,1% ante os R$ 40,5 milhões auferidos no ano anterior. A despeito do avanço de receita registrado na comparação anual, a representatividade do segmento de chassis de ônibus na receita total bruta apresentou recuo de 0,7 p.p., ao atingir 6,9% no ano. Considerando o montante acumulado em 2018, a receita de vendas de peças e lubrificantes totalizou R$ 194,7 milhões, 5,3% acima dos R$ 184,9 milhões registrados no ano anterior. Já as receitas originadas a partir do segmento de prestação de serviços foram as únicas a registrar retração na comparação anual, ao somar R$ 46,0 milhões, 7,3% abaixo dos R$ 49,6 milhões reportados em 2017. Dessa forma, o resultado combinado de ambos os segmentos totalizou 28,9% da receita total bruta da WLM em 2018, 14,7 p.p. inferior na comparação com o percentual apresentado no exercício de 2017, particularmente em função do desempenho registrado no segmento de caminhões no ano. Com participação relativa no total da receita bruta de 2,2% em 2018 (versus 2,8% em 2017), as receitas do segmento agropecuário atingiram R$ 18,4 milhões no ano, montante 24,5% superior aos R$ 14,8 milhões registrados em 2017.

Vendas de Veículos Automotores - WLM
Unidades e Faturamento Bruto

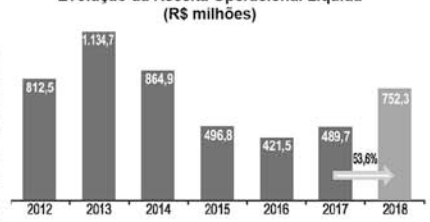
	2018		2017	
Descrição	Unidades	Receita R$ mil	Unidades	Receita R$ mil
Caminhões (venda direta)	57	5.352,3	56	6.932,1
Caminhões (venda WLM)	1.283	504.811,2	681	230.430,6
Caminhões usados	76	12.048,7	102	14.247,8
Ônibus (venda direta)	92	5.042,0	69	666,5
Ônibus (venda WLM)	182	57.211,4	131	40.548,3
Pós-vendas	–	230.357,6	–	230.302,2
Total	**1.690**	**814.823,1**	**1.039**	**523.127,4**

Receita Operacional Bruta
Distribuição por Atividade



Com o aumento do número de veículos comercializados, em especial no último trimestre do ano, a **receita operacional líquida** acumulada pela WLM no ano de 2018, deduzidos os impostos faturados, totalizou R$ 752,3 milhões, montante 53,6% superior aos R$ 489,7 milhões auferidos na comparação com o exercício anterior.

Evolução da Receita Operacional Líquida
(R$ milhões)



CPV e resultado bruto
Dado que a maior parte do **custo dos produtos vendidos** (CPV) da WLM é representado pelo valor de aquisição de caminhões e chassis de ônibus tendo, portanto, relação direta com a variação no volume de vendas realizada pela Companhia, o aumento no número de unidades comercializadas em 2018 resultou em acréscimo de 64,2% no CPV acumulado em 2018 na comparação com o ano anterior, ao atingir R$ 633,3 milhões (versus R$ 385,7 milhões em 2017). Após a apuração dos custos operacionais, o **lucro bruto** da Companhia alcançou R$ 118,9 milhões no acumulado de 2018, resultado 14,3% superior ao verificado no ano anterior. No entanto, considerando o mesmo período de comparação, a margem bruta em 2018 foi 5,4 p.p. inferior à de 2017, ao atingir 15,8%. A queda refere-se a maior participação da venda de veículos, que apresenta menor margem no mix de vendas.

Lucro Bruto (R$ milhões) e Margem Bruta (%)

Despesas Operacionais
Excluindo os valores referentes à depreciação e amortização, as **despesas gerais e administrativas** atingiram R$ 108,0 milhões no exercício de 2018, redução de 0,2% em relação aos R$ 108,3 milhões apresentados no ano anterior. O maior desembolso da WLM refere-se às despesas com honorários, salários e encargos e os benefícios oferecidos aos empregados que, em 2018, representaram 70,6% das despesas operacionais totais (versus 73,6% em 2017), atingindo R$ 76,3 milhões no período. Ainda que no exercício tenham ocorrido despesas extraordinárias da ordem de R$ 2,4 milhões referentes a gastos com rescisões, a redução de 4,2% ante os R$ 79,6 milhões de despesas com salários em 2017 está associada aos constantes ajustes promovidos na sede da Companhia desde 2016. Dessa forma, o saldo total de funcionários da Companhia no encerramento do exercício 2018 alcançou 826 profissionais, 39 a menos do que o verificado ao final de 2017. Outras contas que compõem as despesas operacionais apresentaram variações significativas na comparação entre os montantes acumulados entre 2017 e 2018, tais como: "frete de terceiros", redução de 20,30%; "impostos, taxas e contribuições", avanço de 21,3%; "serviços com terceiros", aumento de 24,4%; "comunicações", queda de 19,8%; "perdas em operações de crédito", redução de 44,1%. Em 2018, a linha "Outras receitas (despesas) operacionais" totalizou R$ 10,9 milhões ante valor negativo de R$ 2,5 milhões em 2017, em decorrência, principalmente, de ganhos tributários de PIS e Cofins após êxito da Companhia em processo judicial e valorização a mercado dos seus Ativos Biológicos. Ebitda (Lajida): Com a melhora gradual do ambiente econômico e política de forte controle de custos e despesas, a geração operacional de caixa da WLM representada pelo **Ebitda** (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida), foi positivamente impactado no exercício fiscal de 2018 ao atingir R$ 21,7 milhões, revertendo o resultado negativo de R$ 5,2 milhões registrados no ano anterior. O desempenho no ano também incorpora o efeito positivo da reavaliação a valor justo dos ativos biológicos das empresas agropecuárias, em valor aproximado de R$ 5,0 milhões. Dessa forma, a margem Ebitda em 2018 alcançou 2,9%, 4,0 p.p. acima da margem negativa de 1,1% contabilizada em 2017.

O cálculo utilizado pela WLM em seu Ebitda contempla a Instrução CVM 527/12, a qual visa a melhora no nível de compreensão das informações, considerando somente os valores que constam nas demonstrações contábeis.

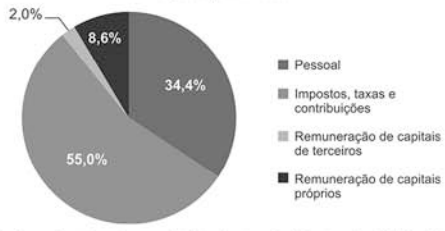
Cálculo do Ebitda	Anual		
R$ milhões	2018	2017	Variação %
Receita operacional líquida	752,3	489,7	*53,6*
Custo dos produtos vendidos	(633,3)	(385,7)	*64,2*
Lucro bruto	**119,0**	**104,0**	***14,3***
Despesas operacionais	(108,0)	(108,3)	*(0,2)*
Outras receitas (despesas) operacionais	10,9	(0,8)	*NA*
Equivalência patrimonial	0,02	0,5	*NA*
Resultado de operações descontinuadas	(0,2)	(0,7)	*(72,9)*
Ebitda (Lajida)	**21,7**	**(5,2)**	*NA*

O EBITDA não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado, isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da utilizada desta aqui apresentada.

Cálculo do Ebitda *pro forma**	Anual		
R$ milhões	2018	2017	Variação %
Receita operacional líquida	752,3	489,7	*53,6*
Custo dos produtos vendidos	(633,3)	(385,7)	*64,2*
Lucro bruto	**119,0**	**104,0**	***14,3***
Despesas operacionais	(108,0)	(108,3)	*(12,1)*
Outras receitas (despesas) operacionais	10,9	(0,8)	*(54,5)*
Despesas não recorrentes	0,9	11,1	*(78,3)*
Equivalência patrimonial	0,02	0,5	*NA*
Resultado de operações descontinuadas	(0,2)	(0,7)	*NA*
Ebitda (Lajida)	**22,7**	**5,7**	***NA***

As despesas não recorrentes apresentadas no cálculo do Ebitda pro forma acima correspondem a rescisões R$ 1.931 (2017 - R$ 5.222), receita de créditos tributários, líquidos de despesas R$ 1.008 (2017 – R$ 4.960 de despesas) e gratificações no montante de R$ 962 em 2017. Desempenho Financeiro: No ano de 2018, A WLM reportou **desempenho financeiro líquido** positivo de R$ 4,7 milhões, o que representa avanço de 55,1% na comparação com os R$ 3,0 milhões auferidos no ano anterior. O desempenho é reflexo da redução de 27,9% nas despesas financeiras e aumento de 13,6% das receitas financeiras quando comparados os respectivos períodos. Além disso, o resultado foi positivamente influenciado em 2018 pela atualização monetária do crédito de PIS e Cofins obtido em êxito judicial ocorrida no primeiro trimestre do ano. Resultado Líquido: O **resultado líquido** do exercício fiscal de 2018 foi favorecido pela variação positiva dos ativos biológicos da Companhia. Assim, a Companhia registrou lucro líquido de R$ 16,1 milhões e margem líquida de 2,1% sobre a receita operacional líquida, revertendo o resultado líquido negativo de R$ 6,7 milhões e margem líquida negativa de 1,4% em 2017. Estrutura de capital: Ao final do exercício de 2018, o caixa total da Companhia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, somava R$ 39,0 milhões, montante 0,4% inferior aos R$ 39,2 milhões registrados no encerramento de 2017. A Conta de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou evolução de R$ 9,7 milhões, passando de R$ 9,7 milhões ao final de dezembro de 2017 para R$ 19,1 milhões no encerramento do exercício de 2018 enquanto a conta de Aplicações Financeiras registrou redução de R$ 9,8 milhões (R$ 19,9 milhões em 2018 versus R$ 29,8 milhões em 2017) na comparação anual. Na avaliação patrimonial, o Contas a Receber de Clientes do Ativo Circulante registrou avanço de 33,3%, passando de R$ 41,2 milhões no encerramento de 2017, para R$ 54,9 milhões em 31/12/2018. A conta de Adiantamento a Fornecedores registrou avanço de 60,5%, ao passar de R$ 13,9 milhões em 31/12/2017 para R$ 22,4 milhões ao fim do exercício de 2018. A conta de Estoques totalizou R$ 33,5 milhões ao final de 2018, montante 21,5% superior aos R$ 27,5 milhões apresentados em 31/12/2017. A conta Tributos a Recuperar foi 62,3% superior na passagem anual, saindo de R$ 5,0 milhões ao fim de 2017 para R$ 8,2 milhões em 31/12/2018. Considerando as contas do Passivo Circulante, a linha referente a Contas a Pagar passou de R$ 32,9 milhões no encerramento de 2017 para R$ 41,9 milhões ao final de 2018, avanço de 27,4%. A conta Impostos e contribuições a recolher registrou avanço de 20,8%, ao passar de R$ 5,8 milhões em 31/12/2017 para R$ 7,0 milhões no encerramento de 2018. Com a contratação de empréstimo para custeio da produção e modernização de maquinário do segmento agropecuário a conta de Empréstimos e Financiamentos em 31/12/2018 somou R$ 7,5 milhões no curto prazo (Passivo Circulante) e R$ 0,9 milhão no longo prazo (Passivo Não Circulante). Valor Adicionado: Em 2018, a partir de suas atividades operacionais, a WLM gerou valor adicionado de R$ 187,0 milhões, agregando essa riqueza à sociedade. O índice de agregação de valor em relação à receita bruta do exercício foi de 22,4%, o que indica que de cada R$ 1,00 de receita que a Companhia obteve em 2018, R$ 0,22 foi distribuído entre as instâncias municipais, estaduais e federal do governo (na forma de impostos, taxas e contribuições), os funcionários (na forma de salários, benefícios e FGTS), a terceiros (na remuneração de capital na forma de juros e aluguéis pagos) e aos acionistas (na forma de lucros retidos na Companhia).

Distribuição do valor adicionado
R$ 187,0 milhões



Auditores Independentes: Com o intuito de atender à instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela WLM para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício de 2018. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, não foram contratados pela WLM quaisquer outros serviços de consultoria da empresa que prestou o serviço de auditoria externa de seus resultados.

Nova Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro — Governo do Rio de Janeiro — documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 17 de Abril de 2019 às 00:40:29 -0300.

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

abrasca companhia associada — NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES AÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2018 E 2017 (Em MR$, exceto quando indicado)

ATIVO	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		**8.531**	**3.824**	**180.715**	**171.248**
Caixa e equivalentes de caixa	7	905	188	19.102	9.388
Aplicações financeiras	8	1.044	23	19.956	29.827
Contas a receber de clientes	9			54.965	41.225
Adiantamento a fornecedores	10			22.457	13.992
Cotas de consórcio	11			10.068	30.277
Estoques	12			33.505	27.570
Ativos biológicos	13			11.353	12.617
Impostos a recuperar e créditos tributários	14	5.288	1.832	8.265	5.092
Lucros e juros sobre capital próprio	15	1.071	1.428		
Outros ativos circulantes		223	353	1.044	1.260
Não Circulante		**393.987**	**385.592**	**326.121**	**302.586**
Cotas de consórcios	11			21.589	
Contas a receber de partes relacionadas	16	3.154	302	302	302
Impostos a recuperar e créditos tributários				109	206
Depósitos judiciais		264	264	1.799	1.477
Outros ativos não circulantes				3	3
Ativos biológicos	13			18.109	16.040
Investimentos	17	354.058	347.983	853	1.046
Propriedade para investimento	18	34.679	32.109		
Imobilizado	19	1.772	4.850	274.368	274.496
Intangível	20	60	84	8.989	9.016
Total do Ativo		**402.518**	**389.416**	**506.836**	**473.834**

PASSIVO	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		**9.007**	**5.627**	**71.106**	**52.244**
Contas a pagar	21	229	83	41.966	32.923
Empréstimos e financiamentos	22		22	7.545	1.456
Salários e encargos sociais		1.575	1.991	6.099	6.732
Impostos e contribuições a recolher		133	161	7.009	5.800
IR e contribuição social a pagar		18		627	165
Dividendos a pagar	23	4.438	1.195	4.438	1.195
Contas a pagar a partes relacionadas	16	1.448	1.542	1.448	1.542
Outras obrigações	24	1.166	633	1.974	2.431
Não circulante		**5.376**	**9.041**	**47.182**	**46.413**
Empréstimos e financiamentos	22			923	353
Provisões para riscos, trabalhistas, cíveis e fiscais	25			30	15
Provisão para IR e contribuição social diferidos	26	5.167	8.381	44.248	44.303
Outras obrigações	24	209	660	1.981	1.742
Patrimônio líquido	27				
Capital social		177.375	177.375	177.375	177.375
Reservas de reavaliação		77.116	78.336	77.116	78.336
Reserva de lucros		102.642	87.621	102.642	87.621
Ajustes de avaliação patrimonial		31.002	31.416	31.002	31.416
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**388.135**	**374.748**	**388.135**	**374.748**
Participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas				413	429
Total do patrimônio líquido		**388.135**	**374.748**	**388.548**	**375.177**
Total do passivo e patrimônio líquido		**402.518**	**389.416**	**506.836**	**473.834**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2018 E 2017 (Em MR$, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Operações continuadas					
Receita líquida	29			752.296	489.743
Custo das vendas	30			(633.351)	(385.701)
Lucro bruto				**118.945**	**104.042**
Despesas gerais e administrativas	31	(12.068)	(13.433)	(108.016)	(108.337)
(Provisão) reversão de riscos	25		250	41	(150)
Despesa com depreciação e amortização		(452)	(495)	(3.258)	(3.474)
Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos	13			4.972	975
Êxito de Processo Judicial	14	1.402		1.402	
Outras receitas operacionais		938	1.698	4.838	4.103
Outras despesas operacionais			(990)	(270)	(5.777)
Resultado de equivalência patrimonial	17	24.221	6.271	12	486
		14.041	**(6.699)**	**(100.279)**	**(112.174)**
Resultado operacional		**14.041**	**(6.699)**	**18.666**	**(8.132)**
Resultado financeiro	32	**3.349**	**757**	**4.719**	**3.043**
Receitas financeiras		3.354	761	6.901	6.073
Despesas financeiras		(5)	(4)	(2.182)	(3.030)
Resultado antes dos impostos		**17.390**	**(5.942)**	**23.385**	**(5.089)**
Imposto de renda e contribuição social	33				
Corrente		(1.116)		(7.129)	(1.377)
Diferido				4	497
Lucro (prejuízo) líquido do exercício de operações em continuidade		**16.274**	**(5.942)**	**16.260**	**(5.969)**
Prejuízo de operações descontinuadas, líquido de impostos		(198)	(733)	(198)	(733)
Lucro (prejuízo) do exercício		**16.076**	**(6.675)**	**16.062**	**(6.702)**
Atribuível a:					
Acionista controlador				**16.076**	**(6.675)**
Acionistas não controladores de empresas controladas				**(14)**	**(27)**
		16.076	**(6.675)**	**16.062**	**(6.702)**
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação ON e PN (R$) das operações continuadas:	34				
Ordinária nominativa		0,42	(0,15)	0,42	(0,15)
Preferencial nominativa		0,47	(0,17)	0,47	(0,17)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação ON e PN (R$) das operações descontinuadas:	34				
Ordinária nominativa		0,01	(0,01)	0,01	(0,01)
Preferencial nominativa		0,01	(0,02)	0,01	(0,02)
Ações em circulação ao final do exercício - unidades					
Ordinária nominativa		16.571.220	16.571.220	16.571.220	16.571.220
Preferencial nominativa		19.843.450	19.843.450	19.843.450	19.843.450
		36.414.670	**36.414.670**	**36.414.670**	**36.414.670**
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (R$)		**0,44**	**(0,18)**	**0,44**	**(0,18)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2018 E 2017 (Em MR$, exceto quando indicado)

	Nota	Capital social	Reserva de reavaliação: Ativos próprios	Reserva de reavaliação: Ativos de controladas	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária: Garantia para dividendos	Reserva de lucros: Reserva estatutária: Investimentos	Reserva de lucros: Dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial: Ativos próprios	Ajustes de avaliação patrimonial: Ativos de controladas	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Patrimônio líquido dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 01/01/2016		**177.375**	**3.306**	**74.674**	**22.124**	**28.481**	**41.419**	**0**	**994**	**30.758**		**379.131**	**456**	**379.587**
Realização da mais valia de ativos				356						(336)	1.795	1.815		1.815
Prescrição de dividendos transferidos para reserva estatutária						477						477		477
Dividendo adicional conforme AGO de 30/04/2016														
Prejuízo líquido do exercício											(6.675)	(6.675)	(27)	(6.702)
Compensação de prejuízo do exercício							(4.880)				4.880			
Saldos em 31/12/2017		**177.375**	**3.306**	**75.030**	**22.124**	**28.958**	**36.539**		**994**	**30.422**		**374.748**	**429**	**375.177**
Realização da mais valia de ativos				(1.220)						(414)	2.187	553		553
Prescrição de dividendos transferidos para reserva estatutária	27					1.095						1.095		1.095
Lucro líquido do exercício	27										16.076	16.076	(16)	16.060
Constituição de reserva de lucros														
Constituição de reserva legal	27				913						(913)			
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	27										(4.337)	(4.337)		(4.337)
Constituição de reservas estatutárias	27					6.507	6.506				(13.013)			
Dividendo adicional proposto	27					(2.943)		2.943						
Saldos em 31/12/2018		**177.375**	**3.306**	**73.810**	**23.037**	**33.617**	**43.045**	**2.943**	**994**	**30.008**		**388.135**	**413**	**388.548**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2018 E 2017

(Em MR$, exceto quando indicado)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**16.076**	**(6.675)**	**16.062**	**(6.702)**
Total de resultados abrangentes para o exercício	**16.076**	**(6.675)**	**16.062**	**(6.702)**
Total de resultados abrangentes atribuíveis a:				
Acionistas da companhia			16.076	(6.675)
Acionistas não controladores de empresas controladas			(14)	(27)
			16.062	**(6.702)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2018 E 2017

(Em MR$, exceto quando indicado)

Fluxo de caixa proveniente das operações:	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Atividade operacional					
Resultado líquido do exercício		16.076	(6.675)	16.062	(6.702)
Resultado de equivalência patrimonial	17	(24.221)	(6.271)	(12)	(486)
Depreciação e amortização, líquida daquela atribuída ao estoque		452	495	3.258	3.474
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9			420	614
(Reversão) provisão de riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	25		(250)	15	150
Resultado do ativo não circulante baixado	19	110	(13)	1.419	992
Ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos	13			(4.972)	(975)
Atualizações monetárias e despesas com juros		(349)	(320)	52	141
(Aumento) redução nos ativos:					
Contas a receber de clientes				(14.160)	18.415
Adiantamento a fornecedores				(8.465)	(13.992)
Quotas de consórcio				(1.380)	(2.098)
Impostos a recuperar		(3.177)	(35)	(2.765)	3.646
Estoques				(4.091)	563
Ativos biológicos				4.167	2.612
Depósitos judiciais			64	(322)	(218)
Outros		130	(230)	216	(415)
Aumento (redução) nos passivos:					
Fornecedores		146	(30)	9.043	(18.861)
Crédito de clientes					12.662
Salários e encargos sociais		(416)	423	(633)	847
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(28)	(236)	1.706	(411)
IR e contribuição social pagos		(1.158)		(5.994)	(2.801)
IR e contribuição social		1.176		6.456	2.831
Outros		82	446	(218)	(627)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(11.177)**	**(12.632)**	**(198)**	**(639)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aplicação financeira		(1.021)	2.211	9.871	(14.946)
(Aumento) redução de créditos de empresas ligadas		(2.762)	6.164		114
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas			(2.879)		
Recebimento de lucros e JCP de empresas controladas		16.022	15.575	205	399
Aumento de capital social em controladas		(180)	(13.045)		
Imobilizado		(49)	(165)	(6.368)	(8.018)
Intangível			(46)		(46)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		**12.010**	**7.815**	**3.708**	**(22.497)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos:	22				
Obtidos			22	7.931	6.220
Pagamento do principal		(22)		(1.460)	(4.463)
Pagamento dos juros				(173)	(166)
Redução de débitos de empresas ligadas		(94)	(86)	(94)	(86)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		**(116)**	**(64)**	**6.204**	**1.505**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		**717**	**(4.881)**	**9.714**	**(21.631)**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	188	5.069	9.388	31.019
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	905	188	19.102	9.388
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		**717**	**(4.881)**	**9.714**	**(21.631)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31/12/2018 E 2017

(Em MR$, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas / (Despesas)		**2.142**	**671**	**846.755**	**543.467**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	29			832.784	537.946
Outras		2.142	671	10.873	2.856
Receitas relativas à produção de ativos próprios				3.518	3.279
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9			(420)	(614)
Insumos adquiridos de terceiros		**2.208**	**2.243**	**663.484**	**417.480**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	30			633.351	385.711
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		2.208	2.243	30.243	27.481
Perda/recuperação de valores ativos				(110)	4.288
Valor adicionado bruto		**(66)**	**(1.572)**	**183.271**	**125.987**
Depreciação e amortização, líquida daquelas atribuídas ao estoque		452	495	3.258	3.474
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(518)	(2.067)	180.013	122.513
Valor adicionado recebido em transferência		**27.575**	**7.032**	**6.913**	**6.559**
Resultado de equivalência patrimonial	17	24.221	6.271	12	486
Receitas financeiras		3.354	761	6.901	6.073
Valor adicionado total a distribuir		**27.057**	**4.965**	**186.926**	**129.072**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:		6.639	8.660	64.451	67.212
Remuneração direta		5.572	6.834	51.022	52.251
Benefícios		747	715	9.956	10.062
FGTS		320	1.111	3.473	4.899
Impostos, taxas e contribuições		**3.901**	**2.536**	**102.850**	**64.422**
Federais		3.817	2.459	32.968	27.663
Estaduais		13	45	67.983	34.587
Municipais		71	32	1.899	2.172
Remuneração de capitais de terceiros		**441**	**444**	**3.563**	**4.140**
Juros		5	4	2.182	3.034
Aluguéis		436	440	1.381	1.106
Remuneração de capitais próprios		**16.076**	**(6.675)**	**16.062**	**(6.702)**
Dividendos		3.818		3.818	
Lucros retidos/prejuízo do exercício		12.258	(6.675)	12.258	(6.675)
Participação dos não controladores nos lucros retidos				(14)	(27)
Valor adicionado total distribuído		**27.057**	**4.965**	**186.926**	**129.072**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2018 E 2017 (Em MR$, exceto quando indicado)

1. Introdução: A WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A., está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social **"WLM"** ou por **"Companhia"** e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

Controladas e coligadas	Nome fantasia	Região de atuação / Estado
Controladas operacionais		
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	**Equipo**	Rio de Janeiro
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	**Quinta Roda**	São Paulo e Minas Gerais
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	**Itaipu**	Minas Gerais
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	**Itaipu Norte**	Pará e Amapá
Fartura Agropecuária S.A.	**Fartura**	Sul do Pará e Norte do Mato Grosso
Itapura Agropecuária Ltda.	**Itapura**	Sul de Minas Gerais e São Paulo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	**São Sebastião**	Norte do Mato Grosso e Sul do Pará
Controladas descontinuadas		
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	**Superágua**	Rio de Janeiro
Coligadas		
Metalúrgica Plus S.A.	**Metalplus**	Paraná
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	**Plenogás**	Paraná

2. Informações Gerais: A **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200, 19º andar - Flamengo, registrada na *BM&F Bovespa* desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil: **Segmento Automotivo**: Através de uma rede de quatro concessionárias com dezenove estabelecimentos localizados em diversos estados do Brasil, por meio de suas controladas: **Equipo** *(Rio de Janeiro)*, **Quinta Roda** *(São Paulo)*, **Itaipu** *(Minas Gerais)*, e **Itaipu Norte** *(Pará e Amapá)*, todas com a certificação mundial ***D.O.S. (Dealer Operating Standard)***, a WLM comercializa produtos e serviços da marca **Scania**, como caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção e assistência técnica especializada, voltados aos produtos que comercializa. **Segmento Agropecuário**: Por meio das controladas: **Fartura** *(Sul do Pará)* e **São Sebastião** *(Norte do Mato Grosso)*, **Itapura** *(região de Campinas/SP)* e **Itapura** *(Sul de Minas Gerais)*, a *WLM* atua na produção, criação e comercialização de bovinos de corte, cultivo e comercialização de grãos. **3. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *(International Financial Reporting Standards - IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31/12/2018, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário. **3.1. Critérios gerais de elaboração e divulgação**: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas demonstrações financeiras individuais e nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra até o final do exercício seguinte. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo. A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidado foi autorizada pela diretoria em 26/03/2019. **3.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas**: *As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são*: **a) Moeda funcional**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. **b) Ativos financeiros**: A Companhia valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas. A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 34. Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado: Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos com o objetivo de realização de fluxos de caixa com a venda dos ativos. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liqui-

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

abrasca companhia associada
NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES ACAO

dez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são mensuradas pelo seu valor justo através do resultado. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização. Adiantamento a fornecedores: Incluem valores pagos para aquisição de veículos e que são registrados pelo seu valor nominal. Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos *(impairment)*. Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. **c) Cotas de consórcio**: As quotas adquiridas referem-se a consórcio de caminhões e estão avaliadas pelo custo de aquisição. **d) Impostos a recuperar e créditos tributários**: As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **e) Estoques**: Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio. Para o ativo biológico Soja, a Companhia mensura a custo de produção e quando o ativo está no "ponto de colheita" é realizado a mensuração a valor justo. Após colhido, o grão é tratado como estoque e é avaliado a valor realizável líquido. **f) Ativos biológicos**: Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente. Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota 13. A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada "ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado. A contrapartida da adoção inicial do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação. **g) Operações com partes relacionadas (ativos não circulantes e passivos circulantes)**: As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas, em sua maior parte, referem-se a mútuos e arrendamentos, atualizados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte. Adicionalmente incluem aluguel de terras e pagamento de juros sobre capital próprio. **h) Investimentos**: Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos. **i) Propriedade para investimentos**: As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. Atualmente as propriedades estão arrendadas para partes relacionadas e por isso estão avaliadas pelo método de custo. **j) Imobilizado**: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável *(impairment)*. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota 18. **k) Intangível**: Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável *(impairment)*, sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil. **l) Redução ao valor recuperável de ativos**: O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). **m) Ativos e passivos não circulantes**: Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço. **n) Fornecedores**: As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços. **o) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**: A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, quando efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, notas explicativas nº 22 e 26. **p) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**: Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 24. **q) Apuração do resultado e reconhecimento de receita**: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que satisfaz uma obrigação de desempenho, quando da transferência do controle dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia. **r) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**: A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de impostos pagos durante o período. **s) Novas normas, interpretações e alterações**: ***Aplicáveis às demonstrações financeiras a partir de 01/01/2018*: Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente**: A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data de aplicação inicial (ou seja, 01/01/2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com as normas anteriormente vigentes. CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente: O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Substitui o CPC 30/IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas. A Companhia avaliou seus julgamentos acerca da transferência de controle bem como possíveis impactos de devoluções e existência de "pacotes de vendas" e não identificou alterações ou valores materiais para ajuste de adoção inicial. CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros: • Classificação e mensuração de Ativos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia. Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9). Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros: • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 01/01/2018:

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação de acordo com o CPC 38	Classificação de acordo com o CPC 48
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Disponíveis para venda - Aplicações financeiras	Valor justo resultados abrangentes	Valor justo por resultado

Impairment de Ativos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de avaliação de crédito. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias. A Companhia avaliou os impactos e reclassificações e não identificou valores materiais para ajuste de adoção inicial. ***Aplicáveis às demonstrações financeiras a partir de 01/01/2019***: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 não tenha impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período de aplicação inicial. **IFRS 16 - Arrendamento mercantil**: A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 01/01/2019. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus contratos que foram anteriormente classificados como arrendamentos operacionais. A Companhia optará por utilizar as isenções para contratos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor. A natureza das despesas relacionadas aos arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia atualmente reconhece uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhece ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que não terá impactos significativos nas suas demonstrações pois não possui contratos de alto valor. Os contratos de arrendamento das propriedades para investimentos são entre empresas controladas, que no consolidado são apresentados como imobilizado, conforme item 15 do CPC 28. **IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro**: A Companhia está em fase de avaliação dos impactos da norma, porém não espera efeitos significativos da adoção. **4. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**: Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas: a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 9. b) Estoques - nota 12. c) Ativos biológicos - nota 13. d) Imobilizado - nota 19. e) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - nota 25. **5. Demonstrações Financeiras Consolidadas**: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3) e CPC 21 (R1), abrangendo as informações anuais das investidas, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora.

		Participação total no capital subscrito e integralizado	
Controladas	**Atividade**	**2018**	**2017**
Operacionais			
Equipo	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Itaipu	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Quinta Roda	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Itaipu Norte	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Fartura	Bovinocultura de corte	99,35*	99,34*
Itapura	Pecuária leiteira e de corte / Cafeicultura	100,00*	100,00*
São Sebastião	Bovinocultura de corte	100,00*	100,00*
Descontinuada			
Superágua	Envasamento de águas minerais	100,00	100,00

* considerando participação indireta

Processo de consolidação: O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas; b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas. **6. Operações Descontinuadas**: De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia está apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas. A WLM possui uma empresa controlada com operações descontinuadas: • ***Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda.***: Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas Caxambu, Lambari, Araxá e Cambuquira, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial. O resultado negativo das operações descontinuadas em 2018 foi de R$198 e em 2017, de R$733, atribuído totalmente à controladora. **7. Caixa e Equivalentes de Caixa**: Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e fundos de investimentos.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Caixa e bancos	23	16	11.296	3.681
	23	16	11.296	3.681
Moeda Nacional			10	
CDB Bradesco (CDI 10% a 100%)			10	
Fundos de Investimentos	882	172	7.796	5.707
Bradesco (CDI 100%)			4.001	5.535
Itaú-Unibanco (CDI 100%)	882	172	3.795	172
Total de caixa e equivalentes de caixa	**905**	**188**	**19.102**	**9.388**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata, sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates. A exposição da WLM a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 36. **8. Aplicações Financeiras**: O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
CDB				14.560
Bradesco (CDI 100%)				14.560
Fundos de Investimentos	1.044	23	19.956	15.267
Safra	1.021		1.775	
Bradesco (CDI 100%)			17.729	
Itaú-Unibanco (CDI 100%)			429	15.244
Brasil (CDI 100%)	23	23	23	23
Total de aplicações financeiras	**1.044**	**23**	**19.956**	**29.827**

Os CDBs, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo considerados como equivalentes de caixa, tendo em vista que a Administração não pretende exercer a opção de resgate antes de 90 dias. No entanto, diante de melhores alternativas, esta opção poderá ser exercida. As aplicações financeiras, em sua totalidade, estão avaliadas ao custo amortizado. A Companhia não possui interesse em negociar os fundos de investimento. A exposição da WLM a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36. **9. Contas a Receber de Clientes**: O quadro abaixo demonstra os valores que as empresas controladas têm a receber de seus clientes:

	Consolidado	
Controladas	**2018**	**2017**
Equipo	4.629	5.815
Quinta Roda	5.848	8.741
Itaipu	24.079	13.158
Itaipu Norte	19.761	14.042
Fartura	93	746
Itapura	249	140
São Sebastião	1.061	
(–) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(755)	(1.417)
Total	**54.965**	**41.225**

	Consolidado	
Controladas	**2018**	**2017**
A vencer	45.890	33.276
Vencidos:		
Até 30 dias	6.255	4.703
De 31 a 60 dias	501	1.438
De 61 a 90 dias	293	188
De 91 a 180 dias	2.026	1.620
Mais de 180 dias	755	1.417
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(755)	(1.417)
Total	**54.965**	**41.225**

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar se há necessidade de provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Neste exercício a Companhia reconheceu o montante de R$ 420 mil como provisão para perdas de liquidação duvidosa, reconheceu como perda efetiva o valor de R$ 1.076 e reverteu o montante de R$ 6. Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado
Controladas	**2018**
Saldo inicial	**1.417**
Adições	420
Reversões	(6)
Efetivação de perdas	(1.076)
Saldo final	**755**

Uso de estimativas: a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do Contas a receber de clientes e se baseia em títulos que estão vencidos há mais de 180 dias e na expectativa de perdas esperadas calculadas com base em histórico da Companhia. **10. Adiantamento a Fornecedores**: O saldo no valor de R$ 22.457 (31/12/2017 - R$ 13.992), corresponde a montantes adiantados a Scania para aquisição de veículos, cujas operações foram concretizadas no primeiro trimestre de 2019.

11. Cotas de Consórcio	Consolidado	
Controladas	**2018**	**2017**
Equipo	1.320	1.600
Quinta Roda	23.385	23.866
Itaipu	5.123	4.086
Itaipu Norte	1.829	725
Total	**31.657**	**30.277**
Circulante	10.068	30.277
Não Circulante	21.589	

O saldo apresentado refere-se a cotas de Consórcio Nacional Scania adquiridas, substancialmente, com o objetivo de alavancar as vendas de caminhões, ônibus, motores e semirreboques. Ao fazer o estudo de implantação do CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Companhia avaliou a possibilidade de mensurar as cotas de consórcio como instrumentos financeiros. Porém, apesar de apresentar características de ativo financeiro, as cotas são mantidas para venda futura aos clientes das concessionárias e exclusivamente para adquirirem veículos da marca Scania em qualquer de uma das concessionárias. Não há intenção de obtenção de receita financeira seja na aquisição ou na venda futura. Adicionalmente a Companhia reavaliou a liquidez das cotas e reclassificou para longo prazo o montante de R$ 21.589 com base no histórico de realização da Companhia.

12. Estoques	Consolidado	
Controladas	**2018**	**2017**
Veículos e peças	25.810	22.264
Soja	962	544
Material de consumo	3.647	2.108
Estoque em formação (café e soja)	3.086	2.654
Total	**33.505**	**27.570**

	Consolidado
Saldo apresentado em 31/12/2016	**26.838**
Entrada por compra	379.098
Apropriação de custos	5.249
Ajuste a valor realizável	(552)
(–) Baixa por utilização	(6.938)
(–) Custo do produto vendido	(376.125)
Saldo apresentado em 31/12/2017	**27.570**
Entrada por compra	631.367
Apropriação de custos	6.467
Ajuste a valor realizável	(34)
(–) Baixa por utilização	(8.744)
(–) Custo do produto vendido	(623.041)
Ajuste de inventário	(79)
Saldo em 31/12/2018	**33.505**

Os estoques de café e soja referem-se a produtos agrícolas mensurados ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 (R1) - Estoques. **Uso de estimativa:** a Companhia realiza análise do valor realizável dos seus estoques através da comparação de seus saldos contábeis e valor de mercado. Quando este é inferior ao valor contábil, a Companhia constitui provisão para ajuste realizável reconhecido no resultado no período em que ocorrer.

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

abrasca companhia associada — NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES AcAO

13. Ativos biológicos

	Consolidado			
	2018		2017	
Circulante	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
Consumíveis Maduros				
Demonstrados pelo valor justo:				
Bezerras e bezerros (8 a 12 meses)	197	203	3.071	2.432
Novilhas e novilhos	3.386	3.796	1.501	1.471
Vacas	117	212	1.376	2.175
Bois	464	985	797	1.709
Touros			17	37
Subtotal	**4.164**	**5.196**	**6.762**	**7.824**
Consumíveis Imaturos				
Demonstrados pelo custo de produção:				
Rebanho em formação		4.659		2.569
Bezerras e bezerros (0 a 7 meses)	1.961	1.498	4.708	2.224
Subtotal	**1.961**	**6.157**	**4.708**	**4.793**
Total do circulante	**6.125**	**11.353**	**11.470**	**12.617**

	Consolidado			
	2018		2017	
Não circulante	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
Consumíveis Maduros				
Touros e tourinhos	732	1.558	624	1.380
Vacas	10.266	16.510	9.229	14.649
Rebanho bovino	**10.998**	**18.068**	**9.853**	**16.029**
Rebanho equino	**212**	**41**	**203**	**11**
Total do não circulante	**11.210**	**18.109**	**10.056**	**16.040**
Total dos ativos biológicos	**17.335**	**29.462**	**21.526**	**28.657**

Os saldos dos ativos biológicos da Companhia estão demonstrados pelo valor justo que considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda. Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação. Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

Circulante	**Consolidado**
Saldo reapresentado em 31/12/2017	**12.617**
Transferência do não circulante	241
Apropriação de custos	6.855
Baixa por vendas	(10.310)
Baixa por mortes	(615)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	2.541
Doação	(4)
Outras saídas/ajustes/reclassificações	28
Saldo em 31/12/2018	**11.353**

Não circulante	**Consolidado**
Saldo reapresentado em 31/12/2017	**16.040**
Transferência para o circulante	(241)
Baixa por mortes	(120)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	2.431
Depreciação	(12)
Compra de equinos	33
Outras saídas/ajustes/reclassificações	(22)
Saldo em 31/12/2018	**18.109**

Em 31 de dezembro de 2018, os animais mantidos para venda eram compostos de 4.164 (31 de dezembro de 2017 – 6.762) cabeças de gado. **Contrato Agrário de Parceria Pecuária:**

	2018	
Circulante	**Quantidade**	**Valor**
Vacas	748	1.047
Total	**748**	**1.047**

Em 28 de setembro de 2018, a controlada Fartura Agropecuária S.A. celebrou o contrato de parceria pecuária com o objetivo de aumentar seu rebanho bovino. A Companhia ficou responsável pelo manejo e criação dos animais em sua propriedade, dividindo com o parceiro todos os gastos incorridos na formação dos animais e os bezerros e bezerras nascidas. **Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos:** Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda, seguindo as premissas em sua apuração: (i) A Companhia determinou que a *abordagem de mercado* é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo para os ativos biológicos consumíveis maduros e a *abordagem de custo* para os imaturos, conforme CPC 46. (ii) Especificamente quanto a divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos no CPC 46, utilizado a hierarquia no nível 1 e 3. (iii) Os valores justos dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área. No caso do rebanho bovino, são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. (iv) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta "Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos". (v) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras. **Análise de sensibilidade**:

Propriedade	Técnica de avaliação	*Inputs* não observáveis	O valor justo alteraria se: Aumentar	Diminuir
Animais vivos	Abordagem custo	Custo da ração (milho, farelo de soja)	Custo superior	Custo inferior
		Custo com mão de obra	Custo superior	Custo inferior

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros e compromissos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia. **14. Impostos a Recuperar e Créditos Tributários:**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
IRRF sobre aplicações financeiras	15	188	45	202
IRRF sobre mútuo	20	54	20	54
IRRF sobre juros de capital próprio	1.163	1.575	1.162	1.575
Imposto de renda	1.997	8	2.732	1.458
Contribuição social			446	430
ICMS a recuperar			1.322	840
PIS e COFINS - êxito judicial	2.086		2.086	
Outros	7	7	561	739
Total	**5.288**	**1.832**	**8.374**	**5.298**
Circulante	5.288	1.832	8.265	5.092
Não circulante			109	206

No primeiro trimestre de 2018 a WLM registrou o montante de R$ 4.306 referente a êxito em processo judicial de habilitação de crédito de PIS e COFINS sobre bases de cálculo inconstitucionalmente majoradas (inconstitucionalidade do art. 3° § 1°, da Lei n° 9.718/98). A contrapartida desse montante está registrada na demonstração do resultado do exercício nas rubricas de êxito de processo judicial, pelo valor do principal (R$ 1.402) e de receitas financeiras, pela atualização monetária (R$ 2.904). **15. Lucros e Juros sobre o Capital Próprio:** O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de lucros e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

	Controladora	
Controladas	**2018**	**2017**
Lucros		
Equipo	825	
Quinta Roda	725	300
Itaipu	425	400
Itaipu Norte	725	4.300
Plenogás	205	399
Total	**2.905**	**5.399**

	Controladora	
Controladas	**2018**	**2017**
Juros sobre o capital próprio		
Equipo	1.199	
Quinta Roda	2.644	2.754
Itaipu	3.902	2.805
Itaipu Norte	3.103	3.366
Total proposto	**13.753**	**14.324**
Total recebido desde a proposição	**(12.682)**	**(12.896)**
Total a receber	**1.071**	**1.428**

16. Contas a Receber e a Pagar de Partes Relacionadas: Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumariados a seguir:

	Controladora			
	Ativo Não Circulante		Passivo Circulante	
Empresas	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Controladas				
Fartura	2.852			
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	330	414
Plenogás (*)			1.118	1.128
Total	**3.154**	**302**	**1.448**	**1.542**

	Consolidado			
	Ativo Não Circulante		Passivo Circulante	
Empresas	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	330	414
Plenogás (*)			1.118	1.128
Total	**302**	**302**	**1.448**	**1.542**

(*) Coligadas não consolidadas. A Companhia efetua rateio da infraestrutura utilizada por sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., considerando reembolsos de despesas com pessoal, aluguel, energia elétrica, condomínio, impostos e taxas no valor R$ 683 (2017 - R$ 506). As principais transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são atualizados pela variação da taxa SELIC e não possuem prazo de vencimento determinado. A controlada Fartura adquiriu da controlada Quinta Roda quotas de consórcio contempladas para aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizados na produção no valor de R$ 96. Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fartura e Itapura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 18. Ainda sobre a Controlada Fartura, embora a Companhia venha apresentando recorrentes prejuízos contábeis, as operações não apresentam indícios de descontinuidade devido a WLM realizar envios de mútuo que são posteriormente substituídos por aumento de capital, além de aporte de capital. Além disso, no ano de 2018, a Fartura obteve recursos no mercado para o financiamento do custeio agrícola e pecuário. Impacto no resultado das transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

	Controladora			
	Arrendamentos (Receita)		Atualizações Monetárias (Receita (Despesa) Financeiras)	
Empresas	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Controladas				
Fartura	648	648	54	215
São Sebastião	216		36	
Itapura	48	48		22
Superágua				4
	912	**696**	**90**	**241**

Neste exercício a WLM registrou transações com partes relacionadas, relativas a despesas com remuneração do pessoal-chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Remuneração da Administração

	2018					2017				
		Fixa	Variável				Fixa	Variável		
Órgão	**Nº de membros**	**Salário**	**Prêmio (*)**	**Gratificação**	**Total**	**Nº de membros**	**Salário**	**Prêmio (*)**	**Gratificação**	**Total**
Diretoria Executiva	3	1.697	727		2.424	2	1.813	162	484	2.459
Conselho de Administração	5	1.050			1.050	5	1.017			1.017
Comitê Estratégico (**)	0					2	19			19
Conselho Fiscal	3	169			169	3	181			181
Subtotal		**2.916**	**727**		**3.643**		**3.030**	**162**	**484**	**3.676**
Outros benefícios (***)		929	129		1.058		904			904
Total da remuneração		**3.845**	**856**		**4.701**		**3.934**	**162**	**484**	**4.580**

(*) Prêmio provisionado para pagamento no primeiro trimestre do ano seguinte. (**) O Comitê Estratégico tem 05 participantes, mas somente 02 percebem remuneração. (***) Inclui, encargos sociais, seguro saúde, seguro de vida.

17. Investimentos:

	Segmento Automotivo				
Descrição	**Equipo**	**Quinta Roda**	**Itaipu**	**Itaipu Norte**	**Total**
Saldo em 31/12/2016	**33.766**	**53.411**	**76.151**	**56.133**	**219.461**
Perda de participação reflexa[1]	(829)	(294)	(256)		**(1.379)**
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	438	131	142		**711**
Distribuição de lucros		(300)	(400)	(4.300)	**(5.000)**
Aumento de capital				1.300	**1.300**
Juros sobre capital		(3.241)	(3.300)	(3.960)	**(10.501)**
Equivalência patrimonial	(756)	4.022	2.838	5.652	**11.756**
Saldo em 31/12/2017	**32.619**	**53.729**	**75.175**	**54.825**	**216.348**
Perda de participação reflexa[1]	(717)	(261)	(229)		**(1.207)**
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	(1.077)	(392)	(420)	(138)	**(2.027)**
Distribuição de lucros	(825)	(725)	(425)	(725)	**(2.700)**
Juros sobre capital	(1.410)	(3.110)	(4.590)	(3.650)	**(12.760)**
Equivalência patrimonial	2.234	6.445	9.971	8.270	**26.920**
Saldo em 31/12/2018	**30.824**	**55.686**	**79.482**	**58.582**	**224.574**

	Segmento Agropecuário			
Descrição	**Fartura**	**S. Sebastião**	**Itapura**	**Total**
Saldo em 31/12/2016	**57.807**	**35.025**	**26.459**	**119.291**
Ganho de participação reflexa[1]	368	1.617	17	**2.002**
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	(97)	587	(11)	**479**
Aumento de capital	8.000	1.300	2.321	**11.621**
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.093	1.786		**2.879**
Equivalência patrimonial	(4.163)	(263)	(1.257)	**(5.683)**
Saldo em 31/12/2017	**63.008**	**40.052**	**27.529**	**130.589**
Ganho de participação reflexa[1]	105	1.432	13	**1.550**
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	249	(1.238)	12	**(977)**
Aumento de capital			180	**180**
Equivalência patrimonial	(3.341)	1.684	(1.054)	**(2.711)**
Saldo em 31/12/2018	**60.021**	**41.930**	**26.680**	**128.631**

	Descontinuadas			
Descrição	**Sumasa**	**Superagua**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31/12/2016		**163**	**956**	**1.119**
Aumento de capital		125		**125**
Distribuição de lucros			(396)	**(396)**
Equivalência patrimonial		(288)	486	**198**
Saldo em 31/12/2017			**1.046**	**1.046**
Distribuição de lucros			(205)	**(205)**
Equivalência patrimonial			12	**12**
Saldo em 31/12/2018			**853**	**853**
Total dos investimentos em 31/12/2017				**347.983**
Total dos investimentos em 31/12/2018				**354.058**

[1] Durante o exercício de 2018, a WLM realizou aumento de capital em suas controladas Fartura, São Sebastião e Itapura resultando em ganho/perda de capital, em contrapartida com o mesmo efeito nas demais controladas das empresas que receberam o aporte.

• Investimentos em Controladas e Coligadas

	2018			2017		
Patrimônio Líquido e Resultado	**Total Ativo**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado do exercício**	**Total Ativo**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado do exercício**
Controladas operacionais						
Equipo	38.514	30.824	2.234	38.650	32.619	(756)
Quinta Roda	66.583	55.686	6.445	62.377	53.729	4.022
Itaipu	107.286	79.482	9.971	101.366	75.174	2.838
Itaipu Norte	79.578	58.582	8.270	61.900	54.824	5.652
Fartura	87.346	62.974	(3.495)	81.427	66.108	(4.369)
Itapura	39.222	29.805	(1.178)	40.393	30.773	(1.406)
São Sebastião	71.004	56.350	2.263	68.090	55.707	(369)
Controlada descontinuada						
Superágua *	47	(593)	(198)	144	(446)	(733)
Coligadas						
Metalplus	1.008	686	(335)	1.870	1.021	851
Plenogás	2.854	1.488	372	3.325	1.433	650

	2018			2017		
Participação em controladas	**Ações ou quotas**	**Participação direta (%)**	**Participação indireta (%)**	**Ações ou quotas**	**Participação direta (%)**	**Participação indireta (%)**
Controladas operacionais						
Equipo	12.290.290	100,00		12.290.290	100,00	
Quinta Roda	26.401.512	100,00		26.401.512	100,00	
Itaipu	41.686.623	100,00		41.686.623	100,00	
Itaipu Norte	29.500.000	100,00		29.500.000	100,00	
Fartura	2.059.360	95,31	4,03	1.890.267	95,24	4,10
Itapura	34.754.557	89,52	10,48	34.754.557	89,46	10,54
São Sebastião	15.052.742	74,41	25,59	13.266.742	70,96	29,04
Controladas descontinuadas						
Superágua	23.107.500	100,00		2.764.933	100,00	
Coligadas						
Metalplus	3.000	33,33		3.000	33,33	
Plenogás	3.000	33,33		3.000	33,33	

A Companhia mantém provisão para perdas em investimentos permanentes no valor de R$ 593 (R$ 446 em 2017), registrados na rubrica de outras obrigações, no passivo não circulante. Este valor decorre principalmente de patrimônio líquido negativo na controlada descontinuada Superágua. **18. Propriedades para Investimento:** O saldo no valor de R$ 34.679 (31 de dezembro de 2017 – R$ 32.109), corresponde a propriedades para investimento que estão arrendadas a partes relacionadas, para exploração de agropecuária. Cada arrendamento tem um período de 5 (cinco) anos e as renovações poderão ser negociadas futuramente com as arrendatárias. O detalhamento das propriedades para investimentos pode ser descrito a seguir:

Descrição das propriedades para investimento	Arrendatária	Arrendante	Parte relacionada	Prazo do contrato	Valor do aluguel
Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,000m² (136,68 ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.	Itapura Agropecuária Ltda. CNPJ nº 44.624.179/0001-23 Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 31 de março de 2022	R$ 26,00 mensais por hectare
Imóvel rural com área total de 7.471,5400 ha, conforme abaixo: Área de 4.413.3676 ha, designada como Lote 41, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 904, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia (PA). Área de 1.440,1180 ha, constituída de parte desmembrada do Lote 42, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4336, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA). Área de 1.618,0544 ha, constituída de parte desmembrada do lote 43, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4337, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).	Fartura Agropecuária S.A. CNPJ nº 05.427.471/0001-02 Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento e 05 de maio de 2019	R$ 54.000,00 mensais
Área de terras com total de 2.053,5957 ha, designada por Gleba Edwin, conforme Título Definitivo nº 01698-4TD, emitido em 10 de fevereiro de 2012 pelo Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT, processo 196087/2007.	Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. CNPJ nº 15.947.450/0001-63 Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 02 de janeiro de 2023	R$ 54.035,00 trimestrais

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

abrasca companhia associada
NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES ACAO

Em março de 2018 a controladora celebrou contrato de arrendamento com a controlada Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. que tem por finalidade a exploração de pastagens para o exercício das atividades de pecuária: cria, engorda, compra e venda de bovinos. Assim, realizou transferência do imobilizado (nota 18) para propriedades para investimentos do valor alusivo ao terreno arrendado no montante de R$ 2.679. No consolidado os valores referentes a propriedade para investimento da controladora estão apresentados no grupo de imobilizado, pois de acordo com o item 15 do CPC 28 (Propriedade para Investimento), a propriedade que está arrendada e ocupada por uma controlada não se qualifica como propriedade para investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário sob a perspectiva do grupo. **Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)***: Neste exercício de 2018 a Companhia avaliou duas de suas propriedades a valor justo e não identificou fatores que pudessem indicar a necessidade de provisão para perda do ativo. A avaliação foi efetuada por empresa externa especializada.

	Controladora	
Propriedade	**Valor contábil**	**Valor justo**
Imóvel Jaguariúna - SP	24.882	52.419
Imóvel Santana do Araguaia - PA	7.227	38.680
Saldo final	**32.109**	**91.099**

19. Imobilizado

		Controladora					
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Saldo em 2017**	**Adições**	**Baixa**	**Transferência**	**Depreciação**	**Saldo em 2018**
Terrenos		3.005	6		(2.679)		332
Veículos		215		(215)			
Móveis e utensílios		1.278	39	(24)			1.293
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.977	2				1.979
Outros		441	2				443
Subtotal do imobilizado:		**6.916**	**49**	**(239)**			**4.047**
Depreciação acumulada:							
Veículos	10% a 20%	(93)		106		(13)	
Móveis e utensílios	10%	(855)		23		(115)	(947)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(914)				(176)	(1.090)
Outros	4% a 10%	(204)				(34)	(238)
Total depreciação acumulada		**(2.066)**		**129**		**(338)**	**(2.275)**
Imobilizado em andamento							
Total do imobilizado:		**4.850**	**49**	**(110)**		**(338)**	**1.772**

		Controladora					
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Saldo em 2016**	**Adições**	**Baixa**	**Transferência**	**Depreciação**	**Saldo em 2017**
Terrenos		2.986	19				3.005
Veículos		215					215
Móveis e utensílios		1.179	105	(6)			1.278
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.708			269		1.977
Outros		466	14	(39)			441
Subtotal do imobilizado:		**6.554**	**138**	**(45)**	**269**		**6.916**
Depreciação acumulada:							
Veículos	10% a 20%	(17)				(76)	(93)
Móveis e utensílios	10%	(755)		4		(104)	(855)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(738)				(176)	(914)
Outros	4% a 10%	(191)		23		(36)	(204)
Total depreciação acumulada		**(1.701)**		**27**		**(392)**	**(2.066)**
Imobilizado em andamento		242	27		(269)		
Total do imobilizado:		**5.095**	**165**	**(18)**		**(392)**	**4.850**

		Consolidado					
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Saldo em 2017**	**Adições**	**Baixa**	**Transferência**	**Depreciação**	**Saldo em 2018**
Terrenos		207.067	28				207.095
Edificações e instalações		54.911	14	(34)	109		55.000
Equipamentos e acessórios		15.533	1.139	(240)			16.432
Veículos		3.962	1.259	(945)	145		4.421
Móveis e utensílios		8.282	351	(116)			8.517
Pastagem		19.709		(1.086)	632		19.255
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.978	2				1.980
Correção e preparo do solo		2.114	10		1.283		3.407
Outros		2.577	47				2.624
Subtotal do imobilizado:		**316.133**	**2.850**	**(2.421)**	**1.283**		**318.731**
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(15.225)		10		(1.168)	(16.383)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(6.754)		103		(1.237)	(7.888)
Veículos	10% a 20%	(1.653)		275		(446)	(1.824)
Móveis e utensílios	10%	(6.441)		138		(498)	(6.801)
Pastagem	5%	(9.962)		583		(1.020)	(10.399)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(916)				(176)	(1.092)
Correção e preparo do solo	20%	(129)				(445)	(574)
Outros	4% a 10%	(1.829)				(87)	(1.916)
Total depreciação acumulada		**(42.909)**		**1.109**		**(5.077)**	**(46.877)**
Imobilizado em andamento		1.272	3.518	(107)	(2.169)		2.514
Total do imobilizado:		**274.496**	**6.368**	**(1.419)**		**(5.077)**	**274.368**

		Consolidado					
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Saldo em 2016**	**Adições**	**Baixa**	**Transferência**	**Depreciação**	**Saldo em 2017**
Terrenos		207.008	59				207.067
Edificações e instalações		53.817	8		1.086		54.911
Equipamentos e acessórios		11.638	3.334	(138)	699		15.533
Veículos		3.390	897	(483)	158		3.962
Móveis e utensílios		8.008	351	(77)			8.282
Pastagem		19.709					19.709
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.709			269		1.978
Correção e preparo do solo		473			1.641		2.114
Outros		3.134	377	(753)	(181)		2.577
Subtotal do imobilizado:		**308.886**	**5.026**	**(1.451)**	**3.672**		**316.133**
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(13.952)		32		(1.305)	(15.225)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(5.740)		50		(1.064)	(6.754)
Veículos	10% a 20%	(1.520)		267		(400)	(1.653)
Móveis e utensílios	10%	(5.974)		61		(528)	(6.441)
Pastagem	5%	(8.953)				(1.009)	(9.962)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(739)				(177)	(916)
Correção e preparo do solo	20%	(8)				(121)	(129)
Outros	4% a 10%	(1.698)		81		(212)	(1.829)
Total depreciação acumulada		**(38.584)**		**491**		**(4.816)**	**(42.909)**
Imobilizado em andamento		1.151	3.793		(3.672)		1.272
Total do imobilizado:		**271.453**	**8.819**	**(960)**		**(4.816)**	**274.496**

Com relação aos imóveis rurais, vale destacar: Fazenda São João, Estado do Pará: ocorrência de incêndio originário de fazendas vizinhas atingindo a vegetação nativa de reserva legal da Fazenda São João de propriedade da controlada Fartura Agropecuária S/A. A identificação, via satélite, de área queimada gerou notificação de embargo, pelo IBAMA, na reserva legal, no total de 2.480,402 hectares de área de vegetação nativa queimada. O embargo é de natureza cautelar para permitir a recuperação natural da área embargada. Não há auto de infração ou aplicação de penalidade pelo IBAMA decorrente deste fato. Fazenda São Sebastião – Estado do Mato Grosso: a controlada AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA., no ano de 2008, ajuizou ação de reintegração de posse contra esbulhadores da área de terras denominada "Gleba Pelissioli" integrante da Fazenda São Sebastião. A área invadida tem aproximadamente 7.557,19 hectares e permanece ilicitamente ocupada por esbulhadores. Na área em litígio existe, também, desmatamento ilegal praticado pelos esbulhadores. Em perícia técnica realizada por determinação do Juiz da Vara Especializada de Direito Agrário de Cuiabá-MT, onde tramita o processo de reintegração de posse, constatou que a área desmatada ilegalmente pelos esbulhadores corresponde a 2.665,2 hectares. Foram apresentadas alegações finais pelas partes. O Ministério Público opinou favoravelmente à procedência do pedido de reintegração de posse da Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. Aguardando a sentença. A Companhia não estima perdas em decorrência das situações acimas mencionadas. **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**. A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Durante o exercício de 2018 a Companhia contratou avaliadores independentes para avaliar o valor realizável das terras do segmento agropecuário. Esses avaliadores indicaram que o valor de realização das terras é superior aos saldos registrados na contabilidade no encerramento do exercício. Portanto, a Companhia concluiu que os montantes registrados no exercício de 2018 são realizáveis em conformidade com o CPC 01 e IAS 36. Nos demais segmentos da Companhia não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo.

20. Intangível

		Controladora					
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Saldo em 2017**	**Adições**	**Baixa**	**Transferência**	**Depreciação**	**Saldo em 2018**
Marcas e patentes		2					2
Direito de uso de *Software*		246					246
Subtotal do intangível		**248**					**248**
Amortização acumulada:							
Direito de uso de *Software*	10% a 20%	(164)				(24)	(188)
Total do intangível		**84**				**(24)**	**60**

		Controladora					
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Saldo em 2016**	**Adições**	**Baixa**	**Transferência**	**Depreciação**	**Saldo em 2017**
Marcas e patentes		2					2
Direito de uso de *Software*		200	46				246
Subtotal do intangível		**202**	**46**				**248**
Amortização acumulada:							
Direito de uso de *Software*	10% a 20%	(131)				(33)	(164)
Total do intangível		**71**	**46**			**(33)**	**84**

		Consolidado					
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Saldo em 2017**	**Adições**	**Baixa**	**Transferência**	**Depreciação**	**Saldo em 2018**
Marcas e patentes		7					7
Direito de uso de *Software*		233					233
Fundo de comércio		8.920					8.920
Subtotal do intangível		**9.160**					**9.160**
Amortização acumulada:							
Direito de uso de Software	10% a 20%	(144)				(27)	(171)
Total do intangível		**9.016**				**(27)**	**8.989**

		Consolidado					
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Saldo em 2016**	**Adições**	**Baixa**	**Transferência**	**Depreciação**	**Saldo em 2017**
Marcas e patentes		7					7
Direito de uso de *Software*		187	46				233
Fundo de comércio		8.920					8.920
Subtotal do intangível		**9.114**	**46**				**9.160**
Amortização acumulada:							
Direito de uso de Software	10% a 20%	(111)				(33)	(144)
Total do intangível		**9.003**	**46**			**(33)**	**9.016**

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio no valor de R$ 8.920 mil refere-se ao valor da "bandeira" adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão, mas que não é amortizado em virtude de não possuir vida útil definida, de acordo com o CPC 04 (R1). **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**: A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede ao valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados no exercício de 2018 e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo intangível.

21. Contas a Pagar:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Fornecedores	229	83	35.566	14.840
Crédito de clientes			6.400	18.083
Total	**229**	**83**	**41.966**	**32.923**

Os valores de fornecedores estão representados, basicamente, por valores a pagar a Scania Latin America, enquanto que os saldos de crédito de clientes referem-se a parcela de entrada para aquisição de caminhões realizadas pelos clientes enquanto o financiamento do bem está em fase de aprovação pelo FINAME. **22. Empréstimos e Financiamentos:**

	Controladora e consolidado		
Descrição	**Indexador**	**Taxa média anual de juros (%)**	**2018**
Banco			
Bradesco			6
Aplicados no Capital de giro			6
Banco Safra	Pré	8,99%	6.027
Funcafé	Pré	8,5%	1.323
			7.350
Aplicados no Imobilizado			
Finame - BNDES	Pré	8,5%	1.112
			1.112
Total			**8.468**
Circulante			7.545
Não circulante			923

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	**2018**
Saldo em 31/12/2017	**1.809**
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	7.931
Encargos de dívidas - juros	361
Pagamento do principal (*)	(1.460)
Pagamento dos juros (*)	(173)
Saldo em 31/12/2018	**8.468**
Circulante	7.545
Não circulante	923

(*) Liquidação de linha de crédito obtida em Nov/17, para produção de safra agrícola do café **Banco Safra:** Linha de financiamento destinada ao apoio, complementação e aquisição de produtos e insumos para a criação do gado e produção de soja. A amortização será realizada em parcela única, com vencimento em 02/05/2019, no montante correspondente ao principal, acrescido dos encargos financeiros préfixados conforme o contrato. **Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ:** Crédito destinado ao custeio agrícola do café, tendo como devedora solidária a controladora WLM. A amortização será realizada em parcela única, com vencimento em 29/12/2019, no montante correspondente ao principal, acrescido dos encargos financeiros. **Finame - BNDES:** Linha de financiamento destinada a modernização de frotas de micro e pequenas empresas do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados por aval da Companhia. As amortizações são realizadas em base mensal, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/03/2018 a 15/03/2022. A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. **23. Dividendos a Pagar:** Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, neste exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R$ 4.338, conforme detalhado na nota 27. O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

	Controladora e consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício de 2018	4.337	
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	101	1.195
Total	**4.438**	**1.195**
Movimentação		
Saldo em 31/12/2017		**1.195**
Reconhecimento do dividendo mínimo obrigatório		4.338
Dividendo prescritos		(1.095)
Saldo em 31/12/2018		**4.438**

24. Outras Obrigações

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
SHV Gás Brasil Participações Ltda.	462	462	462	462
Cotas de consórcio			1.164	1.943
Provisão para honorários de êxitos	210	298	1.757	914
Provisões administrativas	60	60	60	60
Provisões para perdas de investimentos	593	446		
Outros	50	27	512	794
Total	**1.375**	**1.293**	**3.955**	**4.173**
Circulante	1.166	633	1.974	2.431
Não Circulante	209	660	1.981	1.742

SHV Gás Brasil Participações Ltda.: A Companhia responde, solidariamente, perante a *Supergasbras Energia Ltda.* (atual denominação social da *SHV Gás Brasil Participações Ltda.*), a processos fiscais documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da *Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.*, datado de 07 de julho de 2004, no montante de R$ 462. **Cotas de consórcio**: Cotas de consórcio adquiridas para venda de bens e/ou aquisição de máquinas e equipamentos, e que já foram contempladas e parceladas. **Provisões para honorários de êxito**: Referem-se a valores a pagar de honorários advocatícios sobre êxito de causas judiciais. **Provisões administrativas**: Referem-se a valores a pagar de processos judiciais em fase de execução. **Provisões para perdas em investimentos**: Referem-se a provisão para perdas na controlada Superágua. **Outros**: Corresponde, principalmente, a contratos de seguros a pagar. **25. Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais**: A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores jurídicos. As principais informações desses processos, estão assim representadas:

	Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**
Trabalhistas	30	15
Total	**30**	**15**

	Consolidado					
Descrição	**2017**	**Adições**	**Atualização**	**Pagamentos**	**Reversões**	**2018**
Fiscais						
Trabalhistas	15	19		(4)		30
Total	**15**	**19**		**(4)**		**30**

a) Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. **b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**: Os valores decorrentes de causas administrativas, ambientais, trabalhistas, cíveis e de execução fiscal, no montante de R$ 49.089 (2017 - R$ 28.727), cuja avaliação dos assessores jurídicos aponta para uma probabilidade de perda possível, não foram registradas nestas demonstrações financeiras.

	Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**
Tributárias	33.738	22.062
Trabalhistas	526	1.987
Cíveis	10.925	4.558
Ambientais	3.900	120
Total	**49.089**	**28.727**

Dentre as causas de maior relevância destacamos: **I - Tributárias**: três processos administrativos instaurados pelo Estado de Minas Gerais contra a Superágua Empresas de Águas Minerais Ltda. (descontinuada) para apuração de supostos débitos pelo não pagamento de compensações financeiras decorrentes da exploração de recursos minerais (águas minerais), com montantes estimados em R$ 426, R$ 512 e R$ 2.800, perfazendo o total de R$ 3.738; três processos administrativos fiscais instaurados pelo Estado do Pará contra a controlada Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., de apuração de débitos de ICMS, sendo dois por deixar de estornar crédito do imposto em decorrência de entrada de mercadoria em seu estabelecimento e um por deixar de recolher antecipação especial de ICMS relativo a operação interestadual de mercadoria, no valor total de R$ 9.852. Duas ações de execução fiscal ajuizadas pelo Estado do Rio de Janeiro, classificadas em 2017, como perda remota e em 2018 como possível. Em uma ação, a Companhia sustenta a ilegalidade de auto de infração com relação a operações realizadas pela Superágua Distribuidora de Bebidas Ltda. (incorporada pela Companhia), de compras de mercadorias de produção do estabelecimento industrial da controlada Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda. (com operações descontinuadas), localizado em Caxambu-MG, que resultaram em perda de arrecadação de ICMS, segundo alega o Estado do Rio de Janeiro, no montante estimado de R$ 11.763. Em outra, a controlada Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda. (com operações descontinuadas) sustenta a ilegalidade de auto de infração pela não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS-Substituição Tributária, no montante estimado de R$ 5.963. Em ambos os casos as ações têm por origem em operações comerciais de exploração de águas minerais (descontinuadas) que resultaram em autos de infração. **II - Trabalhistas**: A variação decorre, principalmente, do arquivamento definitivo da Reclamação Trabalhista ajuizada por ex-empregado (vendedor) da controlada Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. (montante estimado: R$ 1.595). A Reclamatória foi julgada totalmente improcedente e o Recurso Ordinário interposto pelo Reclamante teve seu provimento negado. **III - Cíveis**: (a) ação de indenização de danos diretos e lucros cessantes ajuizada por Cliente contra a Scania Latin América Ltda. e a controlada Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., decorrente de supostos defeitos de fabricação em 05 (cinco) chassis de ônibus, no montante estimado na petição inicial de R$ 1.604. Conforme sentença de 09 de março de 2018, o novo valor estimado passou a totalizar o montante R$ 7.689, no que se refere a parte da Companhia na condenação; (b) ação rescisória de contrato de compra e venda c/c indenizatória ajuizada por Cliente contra a Scania Latin América Ltda. e a controlada Equipo Máquinas e Veículos Ltda. visando à rescisão da compra e venda do veículo e o ressarcimento de perdas e danos decorrentes de supostos defeitos de fabricação, no montante estimado de R$893; (c) ação de indenização securitária ajuizada por ex-empregado da Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. contra a Royal & Sunalliance Seguros e a Companhia (na qualidade de estipulante do contrato de seguro), visando receber o capital segurado por invalidez funcional total permanente, no montante estimado de R$ 474. **IV - Ambientais**: (a) processos administrativos de impugnação de dois autos de infração de natureza ambiental lavrados pela SEEMA do município de Marituba-PA, contra a controlada Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., no valor de R$ 100, cada um, perfazendo total de R$200, por suposta infração no descumprimento de condicionantes de Licença de Operação, que levou a outra suposta infração por operar sem autorização do órgão ambiental; (b) duas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal em face de Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., tendo como objeto pedido de condenação e obrigação de reparação de dano ambiental decorrente do desmatamento de floresta nativa de duas áreas (87,11 e 133,95 hectares) sem autorização do órgão ambiental. Valor total das ações: R$ 3.562. Os desmates ilegais foram realizados por invasores em área destinada como Reserva Legal, que é objeto de litígio em ação de reintegração de posse - Processo de nº 28299-03.2008.811.0041, conforme Laudo Pericial lavrado pelo Perito Judicial nomeado pelo Juiz da 2ª Vara Especializada de Direito Agrário da Comarca de Cuiabá-MT, no âmbito da ação citada reintegração de posse ajuizada no ano de 2008 pela Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. Para esses processos classificados como perda possível ainda não há certeza de que haverá saída de recursos para provisões, de forma que, para a Administração não há provisão a ser registrada. A Companhia contratou seguro garantia no montante de R$ 283, referente ao processo de execução fiscal, movido pela Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, em face a controlada Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda. **Uso de estimativas**: a Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões e inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração monitora a evolução dos riscos dos processos administrativos e judiciais, através de Assessoria Jurídica interna e de Assessores Jurídicos externos especializados. **26. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Imposto de renda	3.799	6.161	29.582	29.201
Contribuição social	1.368	2.220	14.666	15.102
Total	**5.167**	**8.381**	**44.248**	**44.303**

	2018	
Descrição	**Controladora**	**Consolidado**
Reavaliação de ativos	15.546	113.143
Custo atribuído a realizar	6.164	51.738
	21.710	164.881
Tributos diferidos passivos - 34%	(7.381)	(56.060)
Constituição de tributos diferidos ativos limitados a 30% do passivo	2.214	11.812
Saldo de tributos diferidos líquido	**(5.167)**	**(44.248)**

A WLM e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujos créditos tributários não foram registrados contabilmente por não haver a previsão de geração de lucros tributáveis, assim distribuídos:

	2018	
Controladas	**Controladora**	**Consolidado**
Prejuízo fiscal - IRPJ	25.811	50.373
Base negativa - CSLL	26.559	50.713

27. Patrimônio Líquido: O Capital Social é de R$ 177.375 (R$ 177.375 em 2017), representando 36.414.670 (36.414.670 em 2017) ações nominativas, sendo 16.571.220 (16.571.220 em 2017) ações ordinárias e 18.843.450 (18.843.450 em 2017) ações preferenciais, sem valor nominal. A movimentação das contas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão inseridas em quadro próprio denominado mutação do patrimônio líquido. Capital social autorizado: Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R$ 300.000, através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal. Reservas: Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido: Reserva de reavaliação: Consoante o artigo 4º da Instrução CVM nº 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas. A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados. Ajuste de avaliação patrimonial: Representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante). Reserva de lucros: Reserva legal: Representa os valores registrados, conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia. Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos: Conforme determina o Estatuto Social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, as reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do seu capital social. Base de cálculo do dividendo obrigatório e adicional proposto:

Dividendo obrigatório:	Controladora
Base de cálculo do dividendo obrigatório	**31/12/2018**
Lucro líquido do exercício	**16.076**
Realização da mais valia de ativos	2.187
Lucro líquido do exercício ajustado	**18.263**
Constituição da reserva legal (5%)	913
Base de cálculo do dividendo obrigatório	**17.350**
Dividendos obrigatórios (25%)	4.337
Total de dividendos propostos	**4.337**

Dividendo adicional proposto: Neste exercício está sendo proposto, a título de dividendo adicional complementar, o montante de R$ 2.943, mediante a utilização da reserva de garantia para pagamento de dividendos, sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

28. Resultado por Segmento de Atividade: Conforme descrito na nota explicativa nº 2, a WLM, por meio de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, atua na comercialização de produtos agrupados em atividades dos segmentos automotivo e agropecuário, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das Diretorias Executivas. Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes.

	2018				2017			
Descrição	**Adminis-tração**	**Segmento Automotivo**	**Segmento Agropecuário**	**Total**	**Adminis-tração**	**Segmento Automotivo**	**Segmento Agropecuário**	**Total**
Operações continuadas								
Receita operacional bruta								
Receita de bens		768.779	18.450	787.229		473.461	14.818	488.279
Receita de serviços		46.044		46.044		49.667		49.667
Total da receita operacional bruta		814.823	18.450	833.273		523.128	14.818	537.946
Deduções de receita bruta		(79.422)	(1.555)	(80.977)		(47.328)	(875)	(48.203)
Receita líquida de vendas e serviços		735.401	16.895	752.296		475.800	13.943	489.743
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(617.703)	(15.648)	(633.351)		(373.951)	(11.750)	(385.701)
Lucro bruto		117.698	1.247	118.945		101.849	2.193	104.042
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(12.822)	(90.248)	(8.192)	(111.262)	(13.009)	(88.845)	(9.473)	(111.327)
Resultado financeiro	3.349	1.749	(379)	4.719	757	2.551	(265)	3.043
Outras receitas	2.340	3.735	4.908	10.983	671	(2.422)	904	(847)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(7.133)	32.934	(2.416)	23.385	(11.581)	13.133	(6.641)	(5.089)
Imposto de renda e contribuição social	(1.116)	(6.014)	5	(7.125)		(1.377)	497	(880)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(8.249)	26.920	(2.411)	16.260	(11.581)	11.756	(6.144)	(5.969)
Operações descontinuadas				**(198)**				**(733)**
Total	**(8.249)**	**26.920**	**(2.411)**	**16.062**	**(11.581)**	**11.756**	**(6.144)**	**(6.702)**

	2018				2017			
Descrição	**Adminis-tração**	**Segmento Automotivo**	**Segmento Agropecuário**	**Total**	**Adminis-tração**	**Segmento Automotivo**	**Segmento Agropecuário**	**Total**
Ativo total de segmentos reportáveis		292.633	197.573	490.206		264.294	190.408	454.702
Outros ativos	17.583			17.583	18.988			18.988
Ativos descontinuados				47				144
Total do Ativo Consolidado	**17.583**	**292.633**	**197.573**	**507.836**	**18.988**	**264.294**	**190.408**	**473.834**
Passivo total de segmentos reportáveis		292.633	197.573	490.206		264.294	190.408	454.702
Outros ativos	17.583			17.583	18.988			18.988
Passivos descontinuados				47				144
Total do Passivo Consolidado	**17.583**	**292.633**	**197.573**	**507.836**	**18.988**	**264.294**	**190.408**	**473.834**

A avaliação do desempenho da Companhia é medida pelo resultado do segmento automotivo, seu principal negócio. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração.

29. Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**
Receita de bens	787.229	488.279
Receita de serviços	46.044	49.667
Total da receita operacional bruta	**833.273**	**537.946**
Impostos faturados	(80.488)	(48.203)
Devoluções	(489)	
Total das deduções da receita bruta	**(80.977)**	**(48.203)**
Total	**752.296**	**489.743**

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos e serviços são transferidos para os clientes, bem como na extensão em que for provável, que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações do resultado, a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

30. Custo de Venda de Bens e/ou Serviços	Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**
Veículos e serviços automotivos	617.703	373.951
Pecuária	10.313	9.576
Soja	4.469	1.185
Café	866	989
Total	**633.351**	**385.701**

31. Despesas Gerais e Administrativas	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Honorários da Administração	1.050	1.017	1.050	1.017
Honorários do Conselho Fiscal	169	181	169	181
Salários e encargos	5.854	8.030	65.108	68.474
Serviços de terceiros	904	470	6.623	5.325
Manutenção predial e outros	45	62	3.341	3.027
Benefícios a empregados (*)	747	716	9.956	10.060
Aluguéis e arrendamentos	436	440	1.381	1.106
Condução, viagens e estadas	241	253	4.223	4.597
Impostos, taxas e contribuições	1.603	1.242	3.381	2.786
Condomínio	185	176	185	176
Comunicações	71	69	1.121	1.398
Frota própria	5	18	790	725
Frete de terceiros			1.031	1.294
Manutenção de máquinas e equipamentos	38	47	1.183	1.277
Despesas com seguros	151	88	371	414
Anúncios e publicações	235	220	392	320
Propaganda, promoção e representação			419	427
Multas			139	
Manutenção de obras de infraestrutura	1		354	106
Manutenção de *softwares*	219	222	3.128	2.909
Créditos de liquidação duvidosa			420	614
Outros	114	182	3.251	2.104
Total	**12.068**	**13.433**	**108.016**	**108.337**

(*) Refere-se a Plano de Saúde, Vale Refeição, Vale Alimentação e Vale Transporte.

32. Resultado Financeiro	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	100	423	2.418	3.938
Atualização monetária	349	335	311	444
Juros recebidos			263	327
Atualização monetária sobre êxito processo judicial	2.904		2.904	
Outras receitas financeiras	1	3	1.005	1.364
Subtotal	**3.354**	**761**	**6.901**	**6.073**
Despesas Financeiras				
Juros	(1)	(1)	(2.105)	(2.610)
Atualização monetária				(238)
Encargo sobre dívidas - juros				(166)
Despesas bancárias	(4)	(3)	(72)	(16)
Outras despesas financeiras			(5)	
Subtotal	**(5)**	**(4)**	**(2.182)**	**(3.030)**
Total do Resultado Financeiro	**3.349**	**757**	**4.719**	**3.043**

33. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social: O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Lucro (Prejuízo) antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	16.076	(5.942)	16.260	(5.969)
Alíquota fiscal combinada da Contribuição Social e do Imposto de Renda	34%	34%	34%	34%
Encargos da Contribuição Social e do IR às alíquotas combinadas	(5.466)	2.020	(5.528)	2.029
Ajustes				
Equivalência Patrimonial	8.235	1.981	(4)	165
Juros sobre capital próprio	(4.338)	(3.570)		
Créditos tributários não ativados e outros	453	(431)	(1.593)	(3.074)
Tributos no resultado				
Corrente	(1.116)		(7.129)	(1.377)
Diferido			4	497
	(1.116)		**(7.125)**	**(880)**

34. Lucro / Prejuízo Líquido por Ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício. No caso da WLM, o lucro/prejuízo diluído por ação é igual ao lucro/prejuízo básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R$, demonstra o cálculo do lucro / (prejuízo) por ação com base no Prejuízo líquido apurado em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora e Consolidado					
	2018			2017		
Lucro básico por ação	**Ordinárias Nominativas**	**Preferenciais Nominativas**	**Total**	**Ordinárias Nominativas**	**Preferenciais Nominativas**	**Total**
Ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Total de ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Operações continuadas						
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível a cada classe de ações (R$)	7.405.785,50	8.868.166,28	16.273.951,78	(2.704.103,86)	(3.238.068,76)	(5.942.172,62)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação ON e PN (R$)	0,45	0,45		(0,16)	(0,16)	
Operações descontinuadas						
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível a cada classe de ações (R$)	(90.173,36)	(107.979,42)	(198.152,78)	(333.432,60)	(399.273,75)	(732.706,35)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação ON e PN (R$)	0,01	0,01		(0,01)	(0,02)	

35. Compromissos: A Companhia, através de sua controlada Fartura, tem contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado				
Produto	**Data da entrega**	**Quantidade**	**Contratos**	**Unidade**	**Preço**
Safra 18/19					
Soja	fev/19	20.000	1	sacas	71,00
Soja	abr/19	20.000	1	sacas	72,50

	Análise do Ganho e Perda				
Produto	**Quantidade**	**Preço contrato (1)**	**Preço em 31/12/2018 (2)**	**Perda (1 – 2)**	**Perda**
Safra 18/19					
Soja	20.000	71,00	76,56	(5,56)	(111)
Soja	20.000	72,50	76,56	(4,06)	(81)
				Perda	**(192)**

36. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros: **a) Gerenciamento de riscos**: A geração de caixa da Companhia é originada, principalmente, pelo recebimento de juros sobre capital próprio e distribuição de lucros de suas controladas que têm atividades operacionais voltadas ao segmento agropecuário e automotivo, este último com maior representatividade na receita consolidada. No segmento automotivo, a atuação é basicamente na revenda de caminhões, ônibus e peças da marca Scania e na prestação de serviços e de assistência técnica; enquanto que no segmento agropecuário, a atuação é na produção e comercialização de *commodities* agrícolas tais como soja, milho e café, além de cria, recria e engorda de gado bovino. Desta forma, o desempenho financeiro das controladas, e consequentemente da Companhia, está diretamente exposta a (i) atividade econômica do país, a qual determina uma maior ou menor demanda por caminhões, ônibus, peças e serviços correlatos, (ii) variações das taxas de juros internas no Brasil, onde menores taxas podem trazer maiores incentivos para financiamento e impactar na demanda por bens de consumo, (iii) condições climáticas que geram impacto direto na produtividade das atividades agrícolas e (iv) volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio (preço da *commodity* atrelada ao dólar, enquanto que a venda interna ocorre em reais). Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. **Risco de preço**: No que tange as atividades do segmento agropecuário, embora a receita represente uma parte pequena do faturamento da Companhia, existe um potencial risco de variação de preço nas *commodities* agrícolas influenciadas por condições de mercado, as quais muitas vezes independem da gestão direta da Administração. Na medida em que haja uma perspectiva de crescimento na atuação neste segmento, a Administração avaliará outras estratégias com vista a obter maior proteção contra a variação dos preços das *commodities*. **Risco de crédito**: A Companhia está sujeita ao risco de crédito, relacionado as contrapartes de suas aplicações e às contas a receber de clientes de suas controladas operacionais. A política financeira da Companhia mitiga seu risco associado as suas aplicações financeiras, alocando-as em fundos de investimentos conservadores e de alta liquidez geridos por instituições financeiras de primeira linha. As operações de vendas das controladas que atuam no segmento agropecuário é concentrada em poucos clientes. Embora possa existir um risco por conta da concentração, parcela substancial das vendas é realizada para clientes altamente qualificados e com perfil de crédito de primeira linha. Por sua vez, no segmento automotivo, há uma grande diversificação de clientes. O risco de crédito é administrado por normas internas específicas de análise e aprovação do crédito de clientes, estabelecendo limites de exposição por cliente e garantias acessórias necessárias. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Caixa e equivalentes de caixa	905	188	19.102	9.388
Aplicações financeiras	1.044	23	19.956	29.827
Contas a receber de clientes			54.965	41.225
Total	**1.949**	**211**	**94.023**	**80.440**

Risco de liquidez: Um dos grandes objetivos da Administração é a preservação de caixa da Companhia. Em cada empresa controlada existe um monitoramento constante da previsão dos fluxos de caixa presentes e futuros de forma a assegurar a saúde financeira e atender às necessidades operacionais. Com relação a aplicação de seus recursos em ativos financeiros, o critério de liquidez é uma das regras observadas pela Administração. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de planejamento e monitoramento de seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações. **Hierarquia do Valor Justo**: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo e passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Em função das controladas do setor agropecuário terem ativos biológicos, que são avaliados a valor justo através de dados publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 2. A movimentação e respectivos ganhos e perdas no resultado do exercício, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 12. **Gestão do Capital Social**: O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, protegendo, desta forma, seu capital de oscilações da política econômica. **b) Instrumentos financeiros**: A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em: **Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado**: Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como as contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado. **c) Análise de sensibilidade**: De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, como segue:

Descrição	**Exposição 2018**	**Risco**	**Impacto**	**Cenário I Provável****	**Cenário II Possível**	**Cenário III Remoto**
Controladora						
Aplicações Financeiras	1.044	Baixa de CDI*	Resultado	(67)	(84)	(100)
Consolidado						
Aplicações Financeiras	19.956	Baixa de CDI*	Resultado	(1.277)	(1.596)	(1.916)

*As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimento e CDB's. Os fundos são classificados como renda fixa e referenciados DI, os quais investem preponderantemente em ativos pós-fixados ao CDI e apresentam liquidez diária para resgate. Outra pequena parcela corresponde a CDB's com liquidez diária, que também são indexados a taxa CDI. ** Considera o CDI de 18/02/2019, 6,4% ao ano, cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do Bacen.

Risco de juros: Embora a Companhia e suas controladas não mantenham exposições a dívidas financeiras com juros pós fixados e/ou a instrumentos de *hedge*/derivativos no mercado, a Administração entende que existe uma exposição ao risco de taxa de juros, principalmente pelo fato de que grande parte das compras de veículos ocorre na forma de financiamentos por parte dos clientes. Se taxas de juros ficam mais altas, o custo do financiamento encarece e, consequentemente, a demanda por aquisições de novos veículos tende a ser menor. A Companhia não possui risco de juros passivos, tendo em vista que os juros são préfixados. **Risco de câmbio**: A Companhia não mantém aplicações financeiras atreladas ao risco cambial, mantendo uma política conservadora na aplicação de seus recursos visando pouca volatilidade, liquidez de curto prazo e rentabilidade atrelada ao CDI. Embora as empresas controladas não apresentem instrumentos financeiros com exposição a moedas internacionais, eventuais alterações no câmbio podem afetar as condições no mercado que elas atuam, principalmente no que tange a formação dos custos de produtos para venda, podendo, assim, influenciar no desempenho operacional e financeiro. A Administração está constantemente monitorando as variáveis de mercado e avaliando as vantagens e desvantagens de contratação de seguros, de forma a reduzir o risco cambial. **37. Cobertura de Seguros**: A WLM e empresas controladas possuem seguros com coberturas básicas e adicionais para veículos, instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2018 totaliza, aproximadamente, R$ 144.072 (R$ 103.315 - 2017).

		Consolidado
Ramo	**Tipo de cobertura**	**Valor segurado**
Compreensivo empresarial (Multirriscos)	Incêndio, queda de raio e explosão; danos elétricos - riscos comerciais; responsabilidade civil operações; responsabilidade civil empregador; roubo ou furto qualificado de bens; roubo ou furto de valores em trânsito; roubo ou furto de valores no interior do estabelecimento; vendaval até fumaça; danos morais decorrentes de responsabilidade civil empregador; danos morais decorrentes de responsabilidade civil operações.	R$ 76.912
RC Administradores e Diretores (D&O)	Atos de gestão dos Administradores e danos ambientais	R$ 30.000
Automóvel / RCF / APP	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	R$ 37.160
		R$ 144.072

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia. **38. Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa**: Em 2018, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, são como seguem:

	Consolidado	
Descrição	**2018**	**2017**
Prescrição de dividendos	1.095	477
Total	**1.095**	**477**

EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA - Diretor-Presidente
ALVARO VÉRAS DO CARMO - Diretor de Relações com Investidores
LEANDRO CARDOSO MASSA - Diretor
NARGILLA NAIRA RODRIGUES DA COSTA - Contadora - CRC/RJ 111.602/O-0

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

abrasca companhia associada — NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES AÇÃO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*"International Financial Reporting Standards – IFRS"*), emitidas pelo *"International Accounting Standards Board - IASB"*. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Reconhecimento da receita do segmento automotivo*: Conforme descrito na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia decorre substancialmente da venda de veículos e serviços do setor automotivo, com abrangência nacional. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria em função do volume e da especificidade das transações, dos processos que suportam o montante de seu reconhecimento e dos respectivos controles internos. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, dentre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos processos da Administração para mensurar e registrar o montante da receita; (b) testes das transações de venda, por amostragem, considerando suas especificidades e registro contábil; (c) confirmação do registro das receitas na competência contábil; (d) realização de testes de recebimento subsequente de faturas, por amostragem; e (d) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, concluímos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Provisão para riscos e passivos contingentes*: Conforme divulgado na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais relacionados a discussões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais, os quais envolvem montantes representativos. Na determinação dos montantes a serem contabilizados para fazer frente a esses riscos, bem como dos montantes de riscos possíveis divulgados nas demonstrações financeiras, a Administração aplica seu julgamento que requer a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia, análise de jurisprudências e análise individualizada dos processos. Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco de auditoria relativo à provisão para riscos e passivos contingentes incluíram, dentre outros: levantamento das rotinas de controles internos; envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e revisão das informações incluídas na divulgação dos passivos contingentes nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, consideramos que a mensuração da provisão para riscos realizada pela Companhia e por suas controladas, assim como as respectivas divulgações, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos**: *Demonstrações do valor adicionado*: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

Deloitte. **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes** CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ — **Antonio Carlos Brandão de Sousa** Contador - CRC nº 1 RJ 065976/O-4

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: Para os fins do disposto no § 1º, V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores da **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.**, abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2018, bem como do relatório de revisão dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, declaram que: (i) reviram, discutiram e aprovam as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2018, e, (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 26/03/2019, sobre as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31/12/2018. Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. **Eugenio Ricardo Araujo Costa** - Diretor-Presidente. **Alvaro Véras do Carmo** - Diretor de Relações com Investidores. **Leandro Cardoso Massa** - Diretor.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração da **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.** abaixo assinados, presentes em sua maioria, ausente justificadamente o Conselheiro Nelson Higino da Silva, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 142,V, da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, analisaram e opinaram favoravelmente pela aprovação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, que compreendem o relatório da administração, balanço patrimonial do exercício social findo em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 26/03/2019, julgando-os em condições de sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas. Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. **Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti** - Conselheiro Presidente. **Felipe Lemos de Moraes** - Conselheiro Vice-Presidente. **Luis Octavio Carvalho da Motta Veiga** - Conselheiro. **Élvio Lupo Junior** - Conselheiro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL: Os membros do Conselho Fiscal da **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.** abaixo assinados, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163, II, III e VIII, da Lei das Sociedades por Ações, em reunião do Conselho Fiscal desta data, analisaram e opinaram favoravelmente pela aprovação das Demonstrações Financeiras tomadas em seu conjunto, com respectivas Notas Explicativas, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2018, datado de 26/03/2019, Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. **Jorge Eduardo Gouvêa Vieira** - Conselheiro Fiscal Efetivo. **Vitor Rogério da Costa** - Conselheiro Fiscal Efetivo. **Massao Fábio Oya** - Conselheiro Fiscal Efetivo.

Id: 2175763

SMARTCOAT - ENGENHARIA EM REVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 09.122.486/0001-05 - NIRE Nº 3330032943-9

Ata de Reunião do Conselho de Administração. 1. Data, Hora e Local. Realizada aos 09/04/2019, às 10h, na sede social da Smartcoat - Serviços em Revestimentos S.A. ("Cia."), no Rio de Janeiro/RJ, na Av. Geremário Dantas, 1.400, loja 250, Freguesia, Jacarepaguá, CEP 22.760-401. **2. Convocação.** Reunião convocada de acordo com o Estatuto Social da Cia. e legislação em vigor. **3. Presença.** Presentes a totalidade dos membros do Conselho da Administração da Cia., indicados ao final da presente ata. **4. Mesa.** Presidente: Sr. Luiz Antônio Angélica; Secretário: Sr. Túlio Cintra. **5. Ordem do Dia.** Deliberar sobre (i) as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras e submetê-los à AGO; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31/12/2018; (iii) a proposta de remuneração dos membros da administração da Cia.; (iv) consignação da renúncia do diretor Igor Freitas Barbiero; e (v) eleição e reeleição dos diretores da Cia. **6. Deliberações.** Após exame e discussão dos itens constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem ressalvas, resolvem: **6.1.** Recomendar a aprovação das contas dos administradores, do relatório de administração e das demonstrações financeiras relacionados ao exercício social findo em 31/12/2018 e submetê-los à aprovação da AGO; **6.2.** Recomendar o reconhecimento de que o resultado da Cia. no exercício findo em 31/12/2018 foi um prejuízo de R$6.902.345,26, conforme registrado nas demonstrações financeiras, ao qual (i) foi acrescido um ajuste negativo de R$3.579.699,98 decorrente de resultados de exercícios anteriores, conforme CPC 47/48, (ii) foi absorvida reserva de capital no montante de R$5.000.000,00, resultando num prejuízo final correspondente a R$5.482.045,24. Tendo em vista que foi apurado prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos, nos termos do Art. 201, *caput*, da Lei nº 6.404 de 1976; **6.3.** Recomendar a aprovação da proposta de remuneração global dos administradores da Cia. para o exercício social de 2019 de até R$1.051.380,00; **6.4.** Consignar a renúncia do Sr. Igor Freitas Barbiero, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 48.669.937-7, expedida pela SSP/SP, CPF/MF nº 335.136.848-86, domiciliado na Av. Itália, nº 1.551, Condomínio Taubaté Village - R6 (Rua 19, casa 370), Bairro Jardim das Nações, Taubaté/SP, ao cargo de diretor sem designação específica, mediante termo de renúncia, que constitui Anexo I à presente ata; e **6.5.** Aprovar a eleição do Sr. Marcelo Gonçalves Costa, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 2026555-7, expedida pelo CRA/RJ, CPF/MF nº 961.422.437-15, residente e domiciliado em Rua Arnaldo Quintela, nº 70, apto. 608, Botafogo, CEP 22.280-070, Rio de Janeiro/RJ, para o cargo de diretor sem designação específica da Cia. De modo a unificar o prazo de duração do mandato dos diretores, aprovar a reeleição do Sr. Luiz Antônio Angélica, brasileiro, solteiro, técnico de pintura, portador da cédula de identidade RG nº 1.656.339, expedida pelo SSP/PA, CPF/MF nº 035.795.388-61, residente e domiciliado na Av. Siqueira Campos, nº 532, Centro, CEP 12.820-000, Areias/SP, para o cargo de Diretor sem designação específica da Cia. Os diretores ora eleitos para mandato de 2 anos a contar da presente data, declaram não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, cumprindo todos os requisitos no art.147 da LSA. Em ato contínuo e nos termos do art.149 da LSA, os diretores tomam posse mediante termos lavrados e arquivados na sede da Cia., que constituem os Anexos II e III, respectivamente, à presente ata. **7. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes, sendo autorizada sua lavratura na forma de sumário. Rio de Janeiro, 09/04/2019. Luiz Antônio Angélica - **Presidente.** Túlio Cintra - **Secretário.** Membros do Conselho de Administração: Luiz Antônio Angélica; Túlio Cintra e Yoshiro Marcelo Sakaki Leal. Jucerja nº3582005, em 15/04/19. Bernardo F.S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2175667

SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A.
CNPJ/MF nº 24.081.843/0001-28 - NIRE 33.3.0032649-9

Ata de AGO em 21/03/2019. 1. Data, Hora e Local: Realizada em 21/03/2019, às 17h30, na sede social da **SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A.**, localizada na Av. Rio Branco, nº 1, sala 607, Centro, RJ ("Cia."). **2. Convocação e Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., ficando dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada e em vigor (a "Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Cia.. Presentes, ainda, a Sra. Ivaneia Araujo, da PriceWaterhouseCoopers Brasil Ltda., na qualidade de representante dos auditores independentes da Cia., o Diretor Financeiro João Gabriel Gonçalves Ratton e o Diretor Jurídico e Regulatório Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto, representando a administração da Cia.. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **Robson Augusto da Silva Júnior**, representante do acionista Terna Plus S.r.l. que convidou a mim, Sr. **Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto**, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, devidamente publicados no Monitor Mercantil e no DOERJ em 21/03/2019; (b) destinação do lucro líquido do exercício de 2018; e (c) remuneração da administração para o ciclo 2019/2020. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias presentes ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **(a)** aprovar, sem qualquer ressalva ou restrição, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2018, os quais foram publicados, nos termos do §3º do art. 133 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), no Monitor Mercantil e no DOERJ em 21/03/2019. Tendo em vista o disposto no §4º do art. 133 da Lei das S.A., tendo sido dado acesso aos acionistas ao balanço patrimonial e às demais demonstrações financeiras da Cia. com a antecedência necessária para que pudessem analisá-las, e tendo sido registrada a presença da totalidade dos acionistas nesta Assembleia, os acionistas, por unanimidade, consideraram expressamente sanada a falta de publicação dos anúncios de que trata o caput do art. 133 da Lei das S.A. **(b)** aprovar a seguinte proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2018, no montante de R$14.033.322,00: i. R$701.667,00, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de reserva legal, em conformidade com o § 1º do Art. 25 do Estatuto Social da Cia.; ii. R$3.332.917,00, relativos a 25% do lucro líquido, sejam alocados à conta de reserva especial de dividendos; iii. R$895.973,00, sejam destinados à constituição de reserva de deságio referente a incorporação da Egecon Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda em junho de 2017; e iv. o saldo restante, no valor de R$9.102.765,00, será destinado a reserva especial de lucros, constituída nos termos do §4º do art. 202 da Lei 6.404/76 (a "Lei das S.A."). Dado que a Cia. está em período pré-operacional de investimentos, onde seu ativo ainda se encontra em construção, os acionistas registraram que a Cia. não irá declarar os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social por ser incompatível com a situação financeira da Cia.. Entretanto, nos termos do §5º do art. 202 da Lei 6.404/76 (a "Lei das S.A."), os lucros não distribuídos registrados como reserva especial de dividendos, se não absorvidos por prejuízos nos exercícios subsequentes, deverão ser declarados e pagos como dividendo assim que a situação financeira da Cia. permitir, portanto, quando da entrada em operação comercial. **(c)** Fixar a remuneração global dos administradores para o ciclo que se inicia 1º/05/2019 e termina em 30/04/2020 em até R$2.072.807,00. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa: Robson Augusto da Silva Junior** - Presidente; **Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto** - Secretário. **Acionistas: Terna Plus S.r.l.** p.p Robson Augusto da Silva Junior; **Terna Chile S.p.A.** p.p Robson Augusto da Silva Junior. JUCERJA em 11/04/2019 sob o nº 3577147. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2175837

PETROBRAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF - 33.000.167/0001-01
NIRE - 33300032061

EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em reunião levada a efeito em 30-1-2019, sob a presidência do Presidente em exercício do Conselho Jerônimo Antunes, com a participação das Conselheiras Ana Lúcia Poças Zambelli, Clarissa de Araújo Lins e Sonia Julia Sulzbeck Villalobos e dos Conselheiros Danilo Ferreira da Silva, Durval José Soledade Santos, Marcelo Mesquita de Siqueira Filho, Roberto da Cunha Castello Branco e Segen Farid Estefen, deliberou (Ata nº 1.584, item 17), dentre outros, sobre o assunto a seguir transcrito: "**NOMEAÇÃO DO SR. JOÃO COX NETO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS: -** Em face da renúncia, em 1º de janeiro de 2019, do Sr. Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis ao cargo de membro do Conselho de Administração da Petrobras, e diante da indicação do Sr. João Cox Neto pelo Ministério de Minas e Energia para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia (Ofício nº 5/2019/GM-MME, de 7-1-2019), o Presidente em exercício do Conselho Jerônimo Antunes submeteu ao Colegiado a matéria da referência, com recomendação de aprovação do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão. **DECISÃO**: - O Conselho de Administração, por unanimidade, nomeou, até a primeira Assembleia Geral de Acionistas, o Sr. **JOÃO COX NETO**, brasileiro, natural da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Economista, casado, com domicílio na Avenida Henrique Valadares nº 28, Torre A, 19º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, CEP 20231-030, portador da carteira de identidade nº 3.944.885, expedida pela SSP-BA, e do CPF nº 239.577.781-15, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras". - Rio de Janeiro, 28 de fevereiro 2019. - João Gonçalves Gabriel - Secretário-Geral da Petrobras. - **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CERTIDÃO: Certifico o arquivamento sob o número 00003561848, em 28/03/2019 - Bernardo F. S. Berwanger - Secretário-Geral.**

Id: 2175757